



DEPARTAMENTO DE  
COMPETITIVIDADE E TECNOLOGIA

# Cenário econômico e obstáculos para a atividade industrial

---

**José Ricardo Roriz Coelho**

Vice-Presidente da FIESP  
Diretor Titular do Decomtec

CIESP - Campinas  
“Competitividade da Indústria”  
24 de maio de 2017

**Parte 1****A crise econômica e suas consequências****Parte 2****Custo Brasil e câmbio valorizado**

**Parte 1****A crise econômica e suas consequências****Parte 2****Custo Brasil e câmbio valorizado**

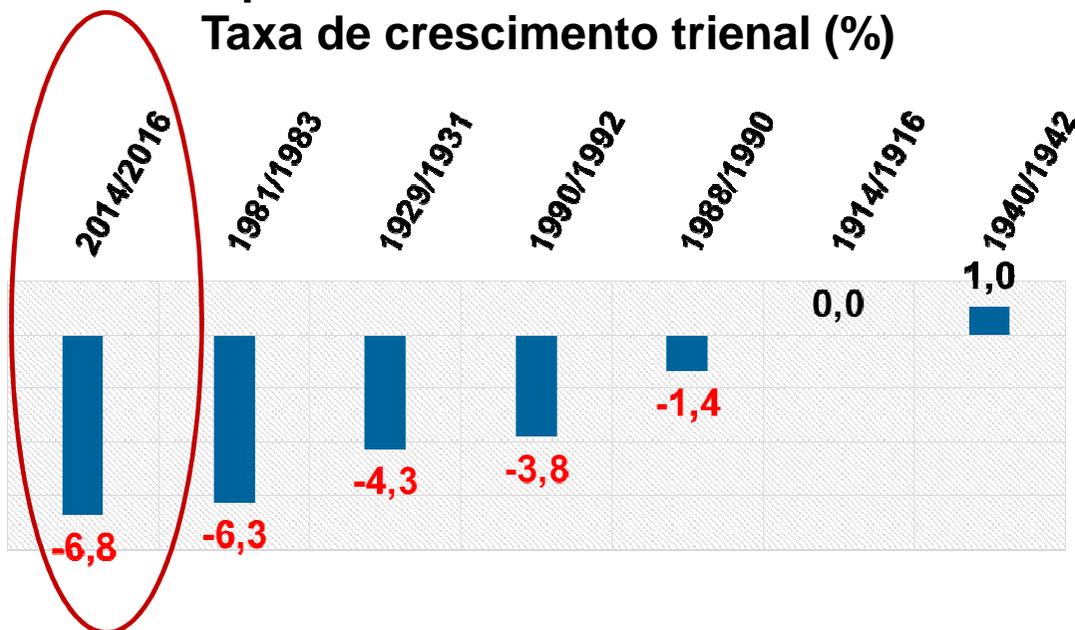
**Parte 1****A crise econômica e suas consequências****I****Evolução dos Indicadores****II****Reformas Econômicas****III****Considerações sobre o atual governo**

# A economia brasileira atravessa o pior triênio em mais de um século: é a crise mais longa no período

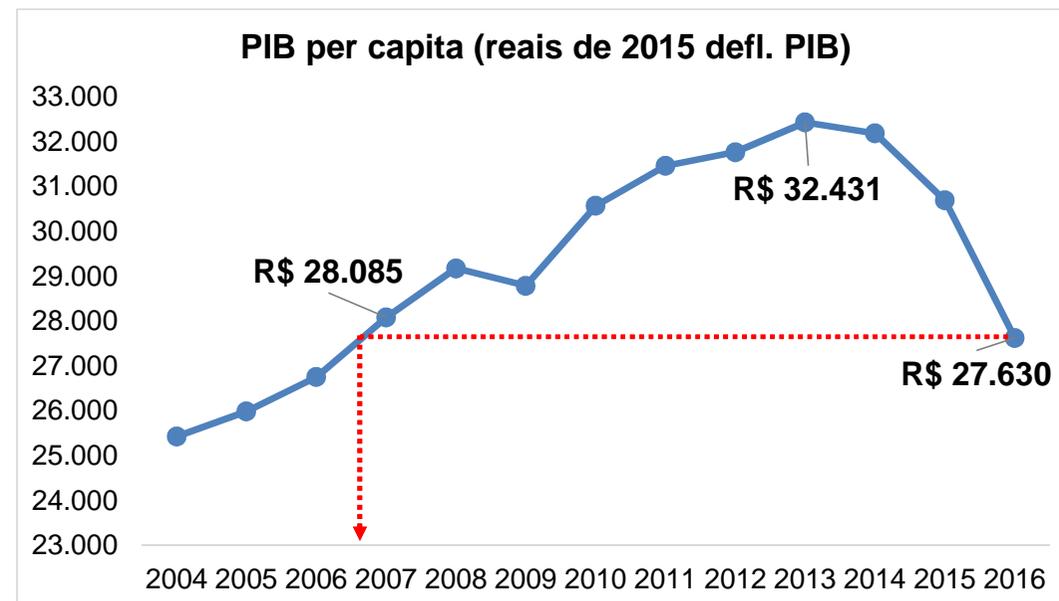
PIB em 2014/15/16: queda de **-6,8%**, sendo **-3,6%** em 2016.

O PIB per capita apresentou queda de **14,8%** desde 2013, atingindo, em 2016, um patamar equivalente ao de meados de 2006.

**PIB: piores triênios entre 1901 e 2016**  
Taxa de crescimento trienal (%)



Fonte: IBGE. Elaboração: DECOMTEC/FIESP.



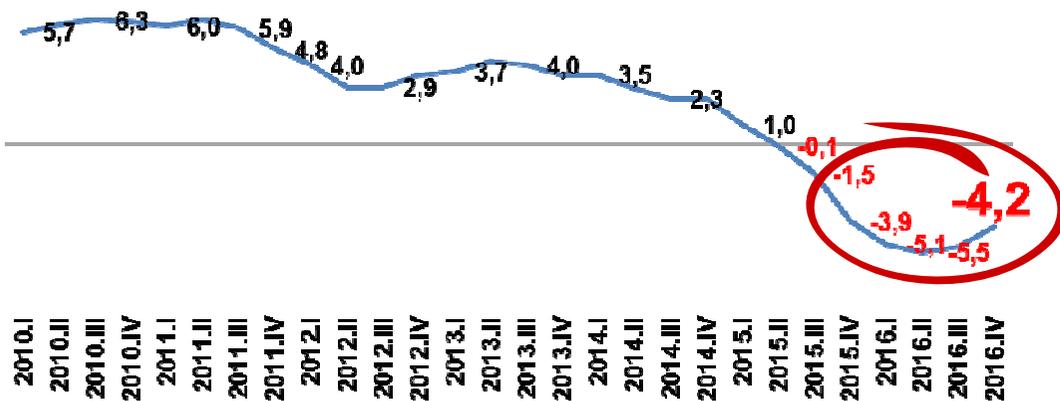
Fonte: IBGE. Elaboração: DECOMTEC/FIESP.

# A redução do consumo e investimento foram significativos

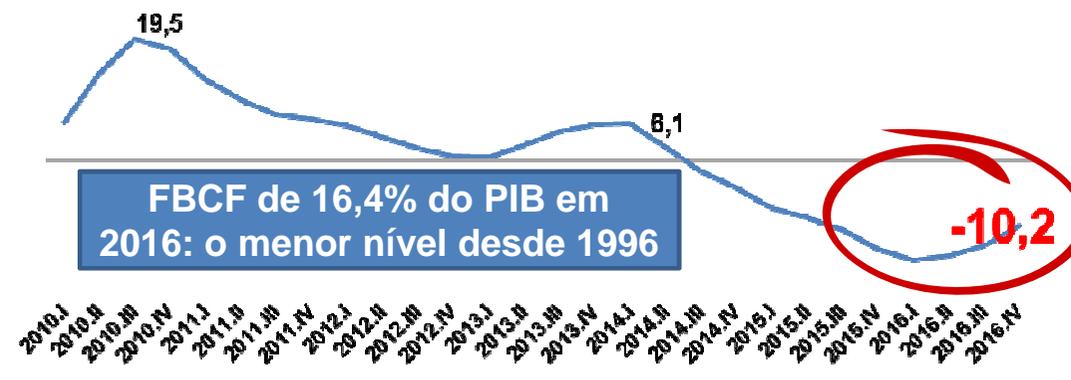
O consumo das famílias e investimento em queda foram determinantes para o mal desempenho observado do PIB, mas, apresentaram tendência de reversão da queda a partir do segundo semestre de 2016

- **Formação Bruta de Capital Fixo: queda de 10,2%**, nos doze meses encerrados em dezembro/16.
- **Consumo das famílias: queda de 4,2%** nos 12 meses encerrados em dezembro/16 (último dado disponível).

**Consumo das famílias**  
 Taxa acumulada em 4 trimestres (%)



**Formação Bruta de Capital Fixo**  
 Crescimento acumulado em 4 trimestres (%)



Fonte: Indicadores Industriais CNI

Fonte: IBGE - Contas Nacionais Trimestrais. Elaboração: Decomtec/FIESP

# Há um recuo na concessão de crédito para pessoas físicas a partir de 2015

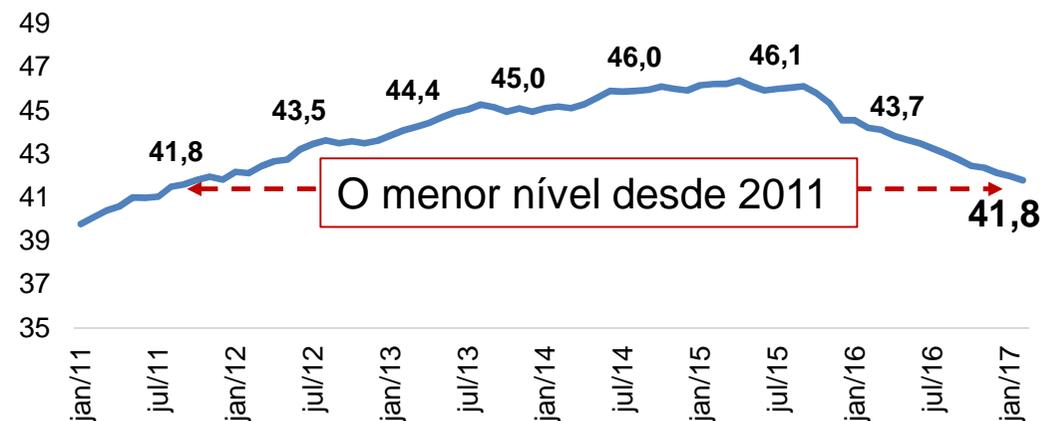
- As concessões de crédito à pessoas físicas caíram **17,7%** desde 2015 e estão em seu **nível mais baixo desde 2011**.
- O endividamento das famílias em relação à renda foi de **41,8%** (fev/2017), com tendência de queda.

Evolução das concessões e do estoque de crédito à pessoas físicas - R\$ (bilhões de 2015)



Fonte: BCB. Elaboração DECOMTEC/FIESP

Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses (em percentual)

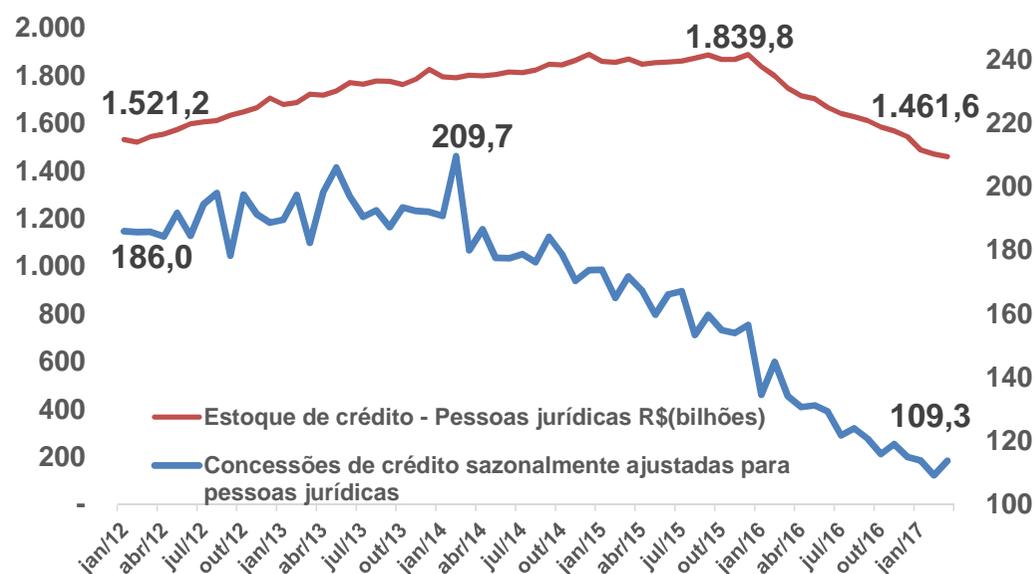


O menor nível desde 2011

# O crédito às empresas diminuiu, com aumento do endividamento das empresas

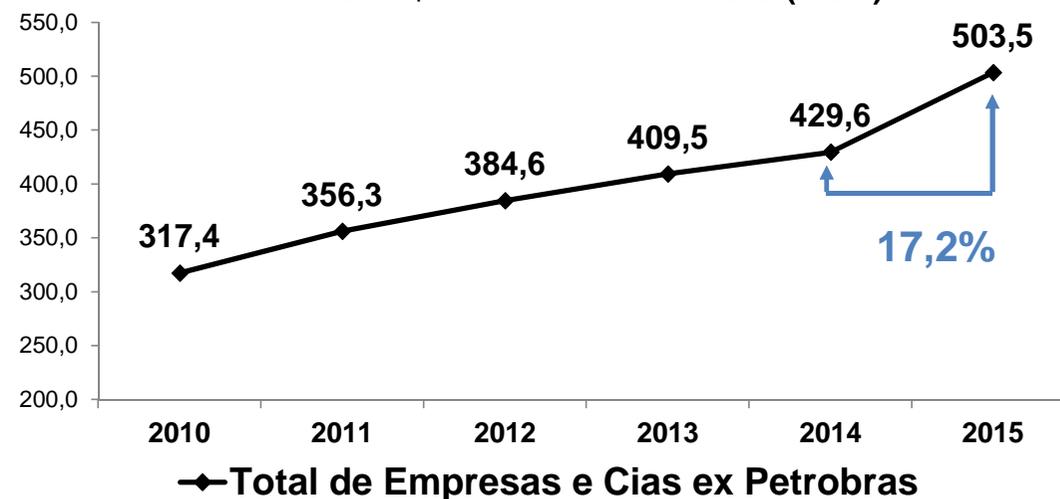
- As concessões de crédito à pessoas jurídicas encontram-se em seu **menor nível**, tendo **diminuído em 47,8%** em apenas três anos (de fev/2014 a fev/2017).
- A **dívida financeira bruta das empresas aumentou 59%** entre 2010 e 2015, de R\$ 317,4 bilhões para R\$ 503,5 bilhões.

Evolução das concessões e do estoque de crédito à pessoas jurídicas – R\$ (bilhões de 2005)



Fonte: BCB. Elaboração DECOMTEC/FIESP

Dívida Financeira Bruta - Abertas (ex Petrobras) e Fechadas - R\$ bi constantes de 2015 (IPCA)



Fonte: CEMEC(Dívida) e IBGE (IPCA).

# Endividamento Corporativo no Brasil (todos os setores)

## Resultado para as **EMPRESAS**

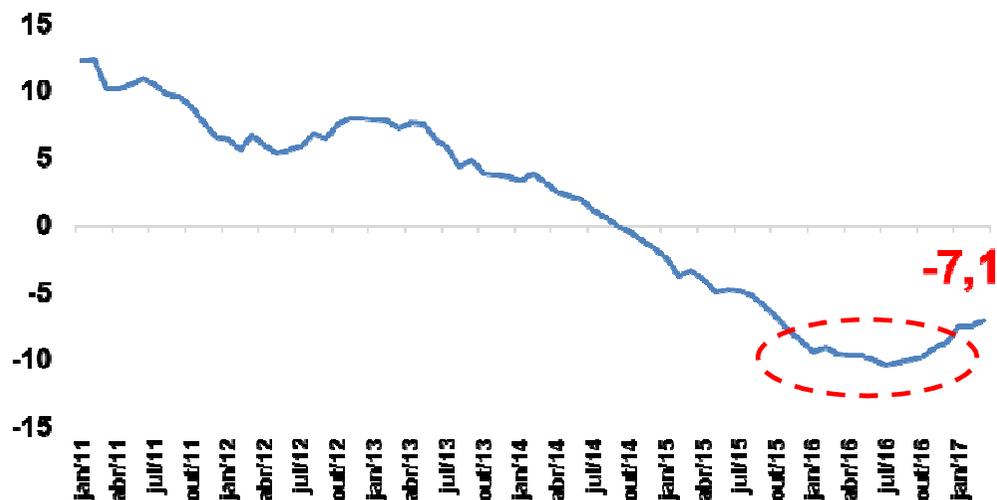
- **A redução da atividade e contração do crédito** afetaram gravemente a **situação financeira das empresas** (de todos os setores):
- **Metade das empresas (47,5%)\* não gera caixa (EBITDA) suficiente** para cobrir as despesas financeiras.
- **E as empresas aumentaram consideravelmente o seu endividamento, passando de 1,47 ano de geração de caixa para pagamento de dívidas em 2010 para 4,20 anos em 2015.**
- **O nível de endividamento ultrapassou o capital próprio: a alavancagem das empresas fechadas cresceu exponencialmente entre 2010 e 2015, de 77% para 136% do patrimônio líquido.**
- **R\$ 757,4 bilhões é a dívida das empresas (abertas\*\* e maiores fechadas) com geração de caixa insuficiente para cobrir as despesas financeiras em 2015.** Isso é 21% do estoque de crédito da economia junto aos títulos corporativos. Em 2010, esse percentual era 5,4%.

\*Pesquisa do CEMEC/IBMEC, para uma amostra de empresas até 2016. \*\* sem Petrobrás.

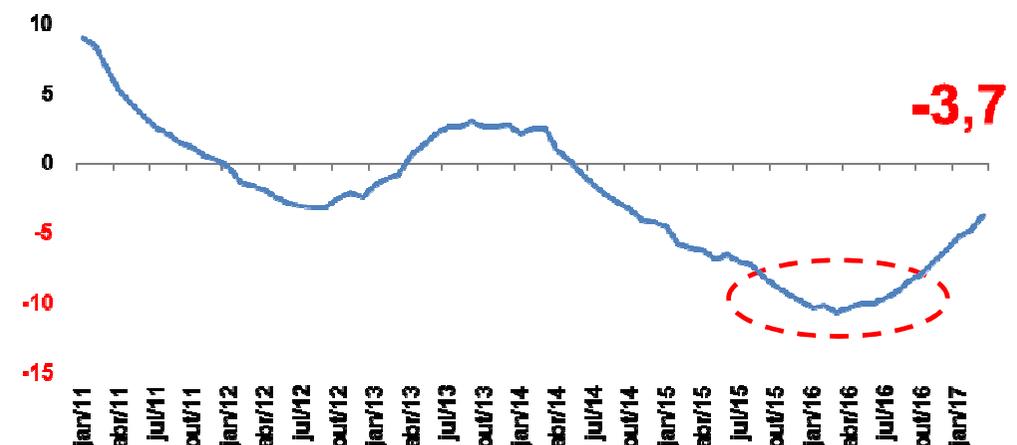
# As vendas no comércio e a produção industrial ainda apresentam resultados negativos, apesar de indicarem alguma melhora a partir do final de 2016.

- **Vendas do comércio varejista ampliado: queda de 7,1%**, nos últimos 12 meses encerrados em março/2017.
- **Produção industrial: queda de 3,7%**, nos últimos doze meses encerrados em março/2017.

**Volume de vendas no comércio varejista ampliado - Variação acumulada de 12 meses (percentual)**



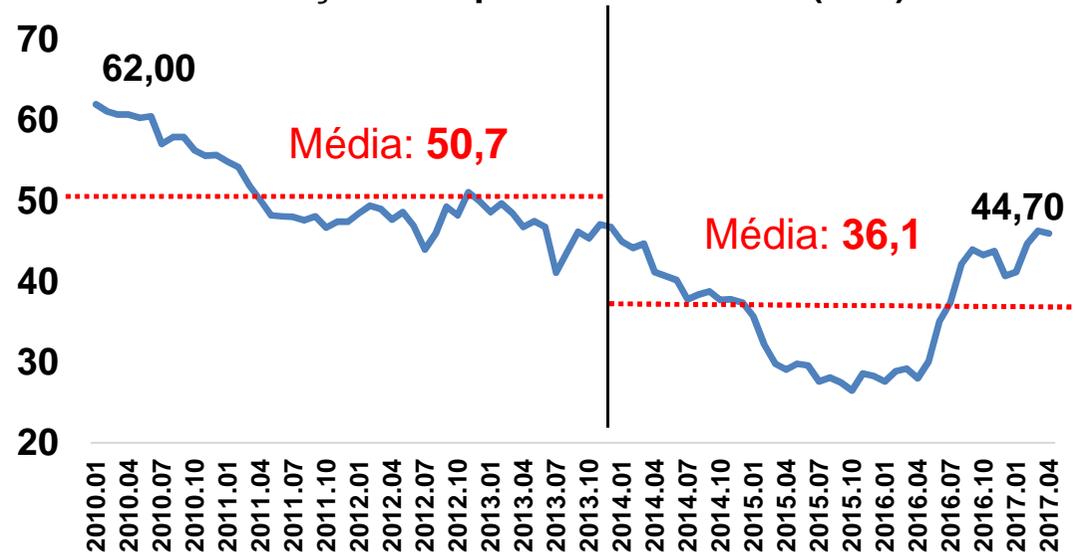
**Produção Física da Indústria de Transformação - Variação percentual acumulada nos últimos 12 meses**



# A confiança dos empresários e utilização da capacidade instalada ainda não retornaram ao nível pré-crise.

- A partir de meados de 2016 há uma melhora na confiança empresarial, que, no entanto, **ainda se encontra bem abaixo da média apresentada pelo indicador antes de 2014**
- A utilização da capacidade instalada de **74,7%** não é favorável à recuperação dos investimentos no curto prazo.

Confiança do empresário industrial (ICEI)



Nível de Utilização da Capacidade Instalada Com Ajuste Sazonal



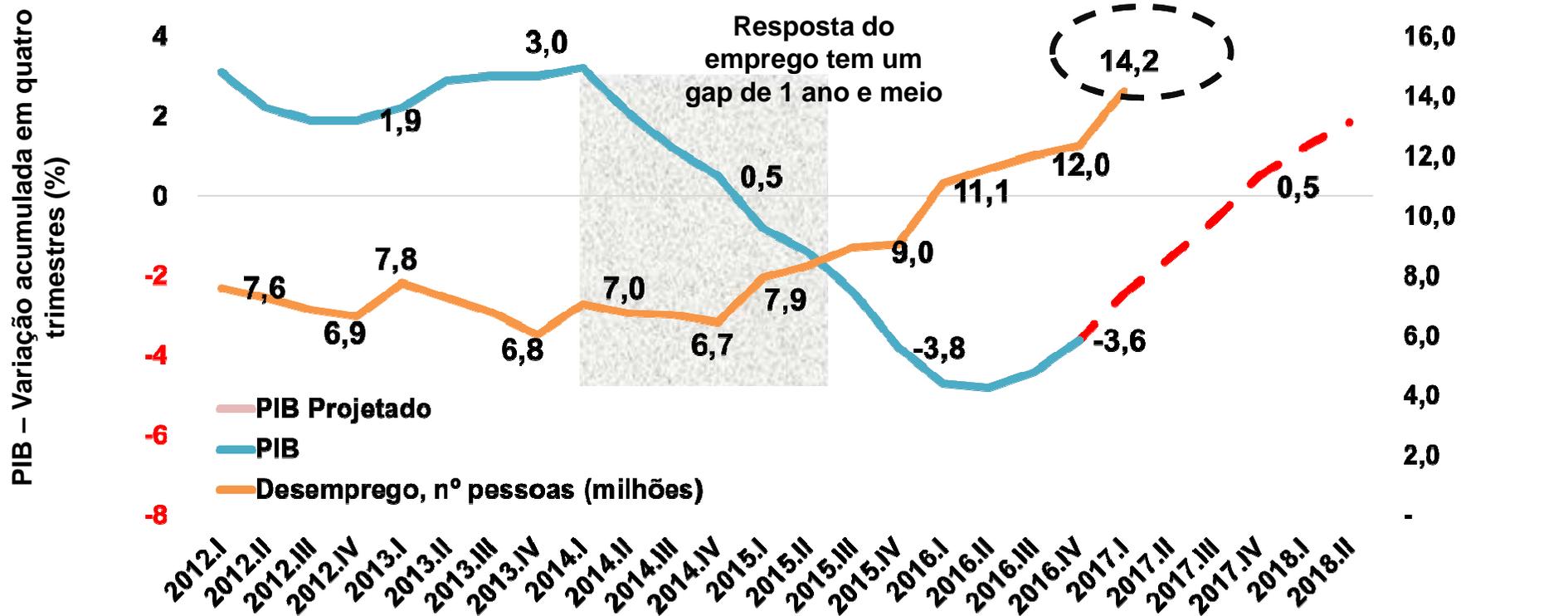
Fonte: FGV – Sondagem da indústria de transformação. Elaboração Decomtec/FIESP

Fonte: FGV. Elaboração: Decomtec/FIESP

O PIB ainda apresenta crescimento negativo.

As expectativas de mercado indicam variações positivas a partir do final de 2017, mas o desemprego ainda mantém tendência de alta

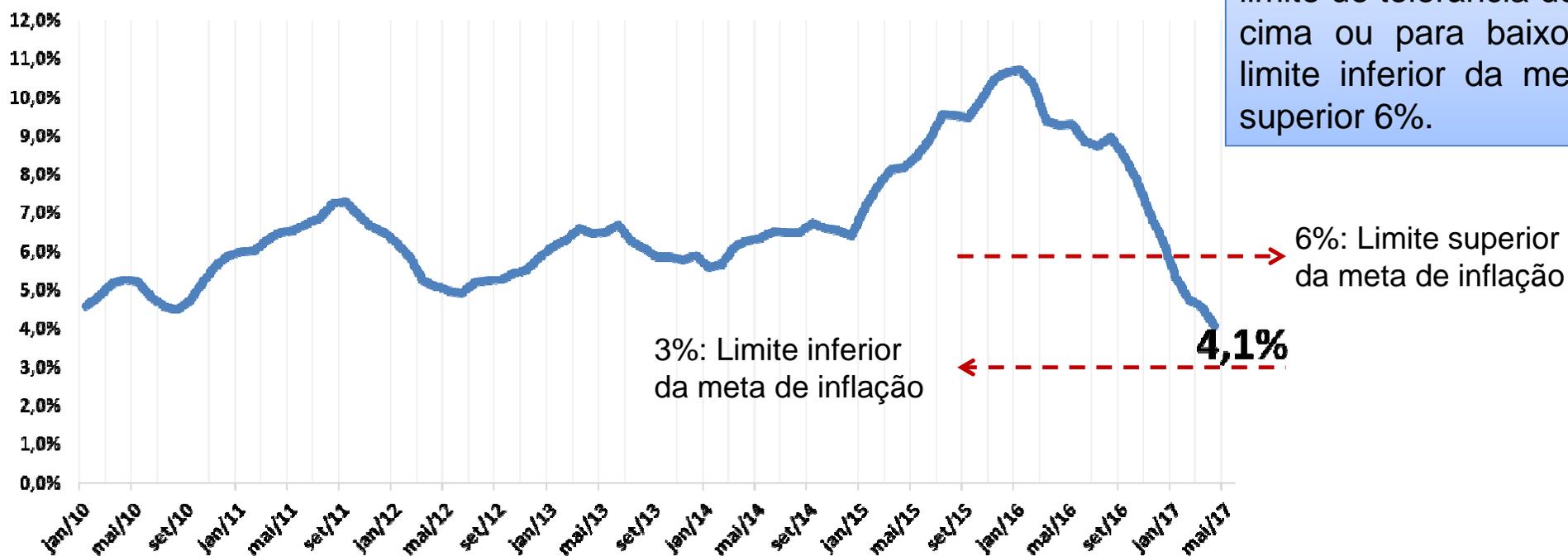
**Evolução do PIB e do Desemprego**



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral, Sistema de Contas Trimestrais Elaboração: DECOMTEC/FIESP.

# Em 2017, a inflação convergiu para a meta estipulada pelo Banco Central

### IPCA - Variação acumulada em 12 meses (Percentual)

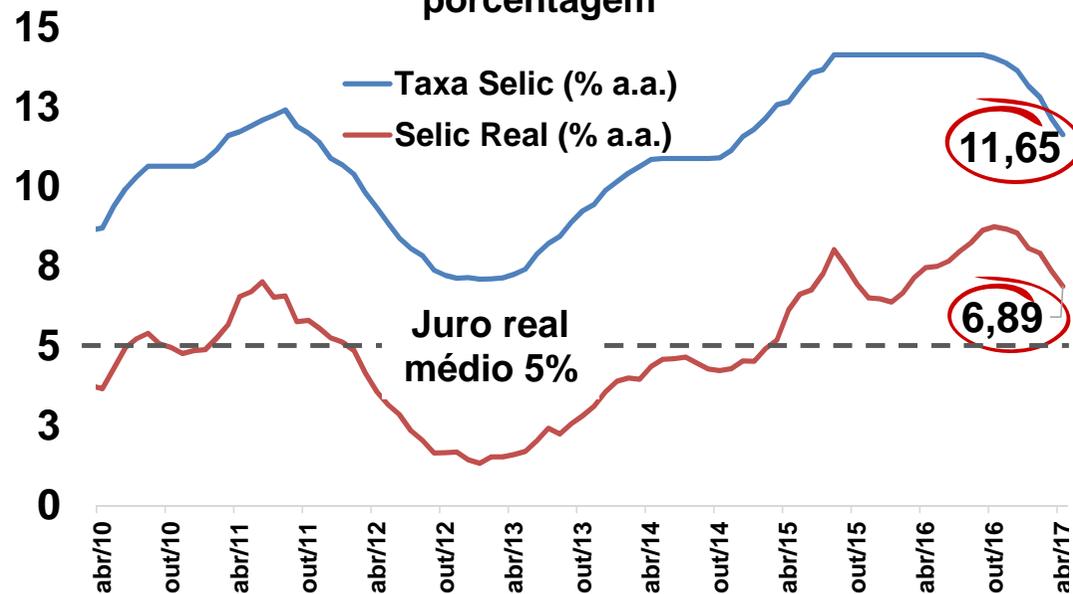


A meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC é 4,5%, com limite de tolerância de 1,5 p.p. para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior da meta é 3% e o superior 6%.

# Apesar das recentes reduções, a Taxa Selic continua alta e resulta em elevados juros reais, dado que a inflação recuou de forma mais acentuada do que a Selic.

- A Selic se encontra em quase 7% de juros reais, muito acima do nível adequado, calculado pela Regra da Paridade.

**Evolução das taxas de juros nominal e real – em porcentagem**



**Regra da paridade vs juros reais observados**



Fonte: BCB. Elaboração DECOMTEC/FIESP

# Empresas, consumidores e governo estão em um círculo vicioso

## EMPRESAS

- Sem acesso a crédito
- Taxa de juros muito elevada
- Sem capacidade de gerar receita
  - Estoque baixo

Menor arrecadação

## GOVERNO

- Resultado Fiscal não melhora
  - Dívida cresce

## BANCOS

- Aversão total a risco
- Spread elevado

## CONSUMIDORES

- Desemprego alto e em elevação
- Endividamento acumulado nos últimos anos
- Crédito para consumo a taxas proibitivas (financiamentos e empréstimos)

Não empregam  
Não compram

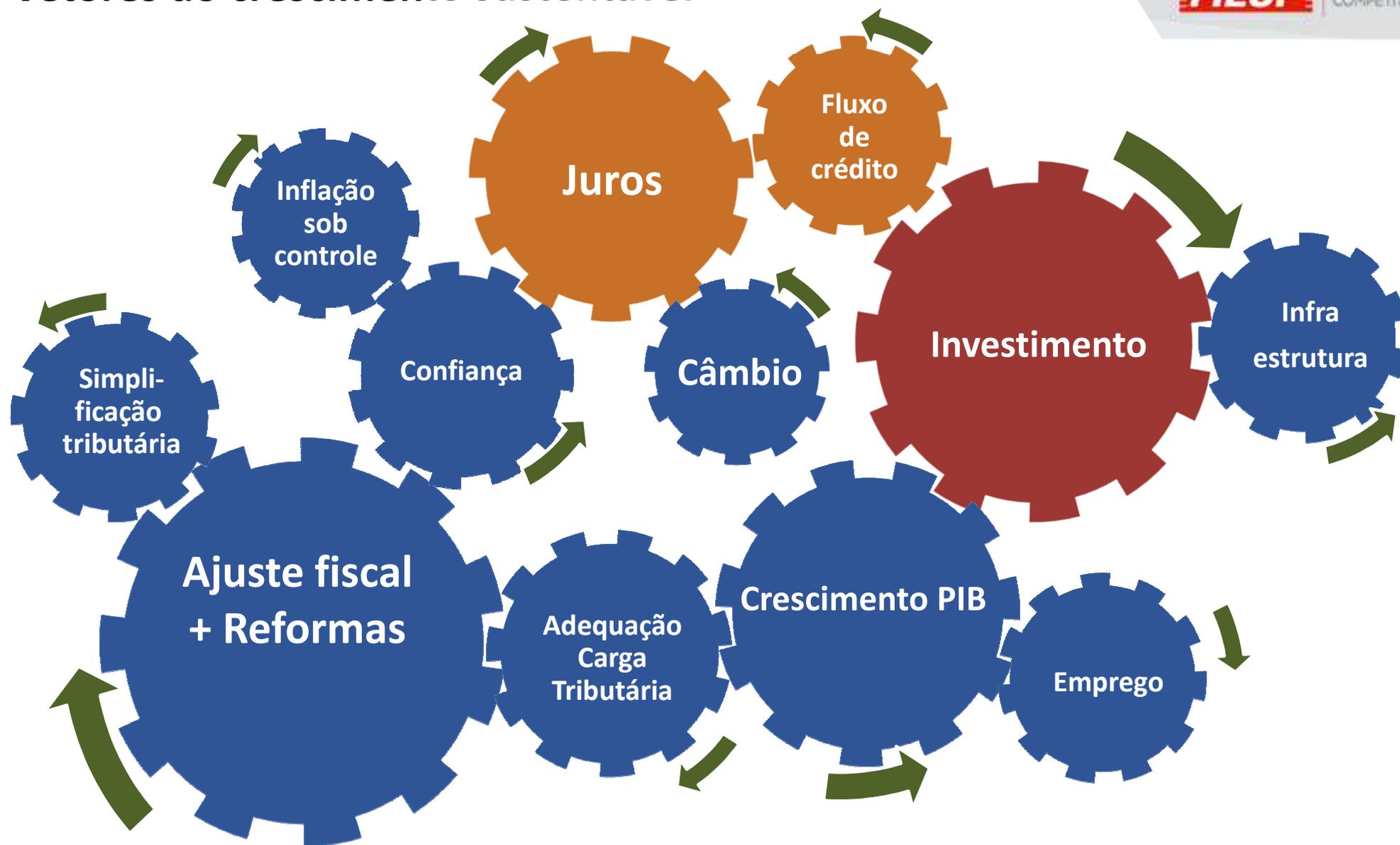
Não emprestam  
Não quitam dívidas

Menor arrecadação

Menor arrecadação

Não emprestam  
Se endividam

# Vetores do crescimento sustentável



**Parte 1****A crise econômica e suas consequências****I**

Evolução dos Indicadores

**II****Reformas Econômicas****III**

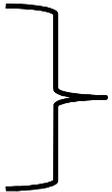
Considerações sobre o atual governo

A melhoria dos indicadores passa, em grande parte, pela **reestruturação das contas públicas e pelo aperfeiçoamento das normas que regulam a atividade produtiva** no país.

Assim, o governo tem proposto uma série de medidas no sentido de destravar a estrutura produtiva e garantir a sustentabilidade fiscal do setor público no longo prazo.

As propostas de reformas mais significativas na pauta do governo são:

- A PEC 241/2016 (“Teto de Gastos”) – que já foi aprovada
- A Reforma da Previdência
- A Reforma Trabalhista e Terceirização



**O ambiente político atual compromete a aprovação dessas propostas**

## A PEC 241/2016 (“Teto de Gastos”)

A PEC 241/2016, do “Teto de Gastos”, é a primeira etapa da reforma fiscal do governo, e **foi aprovada pelo legislativo no final de 2016**, com vigência prevista a partir do ano de 2018.

A PEC estabelece um **teto para a despesa global da União**: a cada ano, o total de despesas deverá ser igual a , no máximo, o total de despesas do ano anterior corrigido pela inflação do ano anterior. Isso significa, basicamente, que **as despesas da União vão parar de crescer em termos reais.**

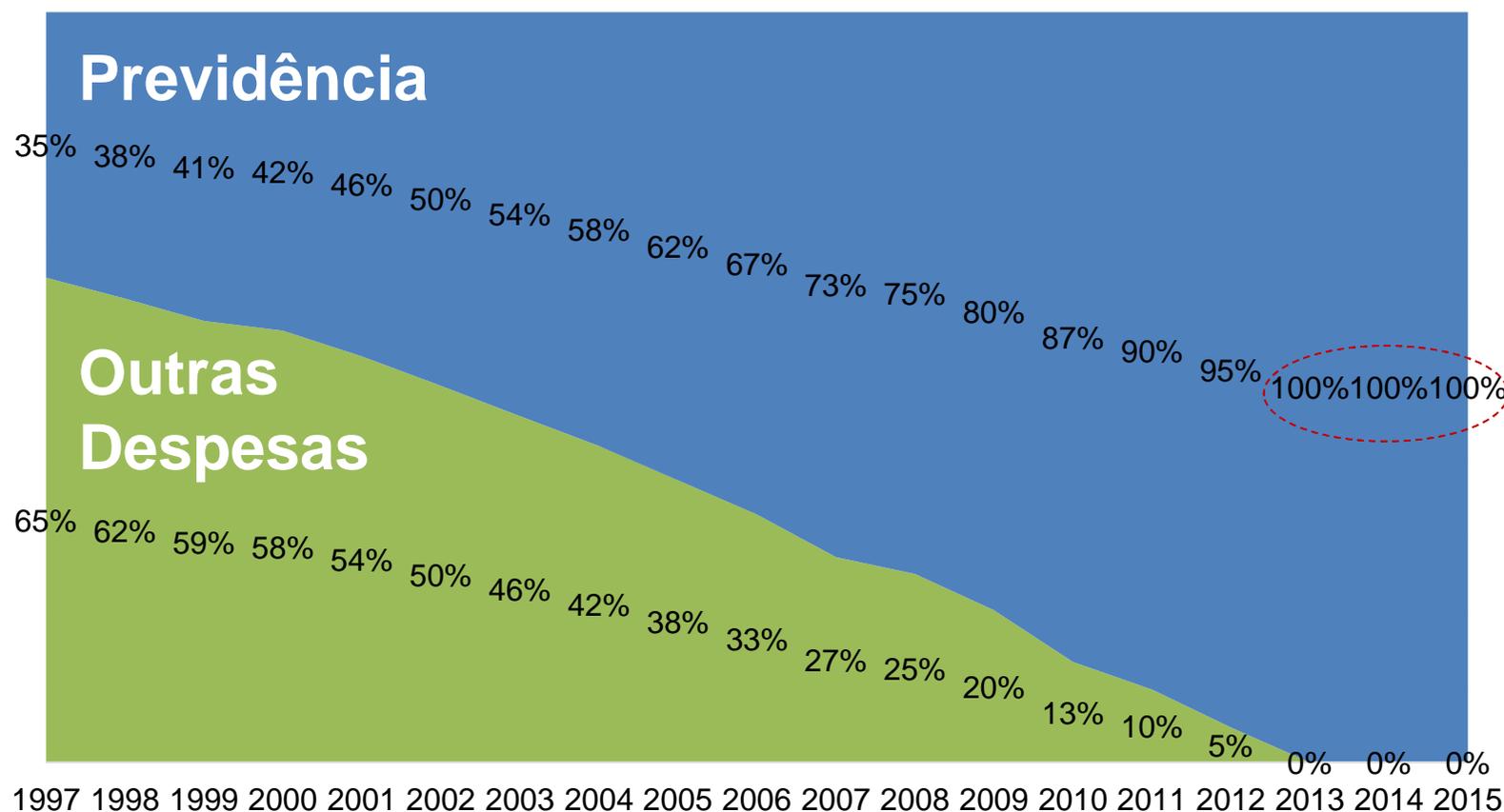
A PEC é uma medida importante rumo ao equilíbrio fiscal, porém, **sozinha, não garante a sustentabilidade das finanças públicas**

## **Exercício: se o teto de despesas tivesse sido aprovado em 2005, a situação do Brasil seria outra...**

- ✓ O Governo Federal teria conseguido realizar um resultado primário de +6,4% do PIB ao ano, na média
- ✓ Um resultado nominal de +2,1% do PIB ano, na média
- ✓ Em 2015, dívida estaria em 10,3% PIB, ou R\$ 611 bilhões ao invés dos 66,5% do PIB ou R\$ 3,9 trilhões)
- ✓ Juros estariam em nível internacional
- ✓ Carga Tributária poderia ter caído, mantendo uma dívida estável

Mas, assim como agora, isso só teria sido possível com a reforma da Previdência. Caso contrário, as despesas previdenciárias teriam ocupado 100% do orçamento já em 2013

Composição do Gasto Total simulado (1997-2015)



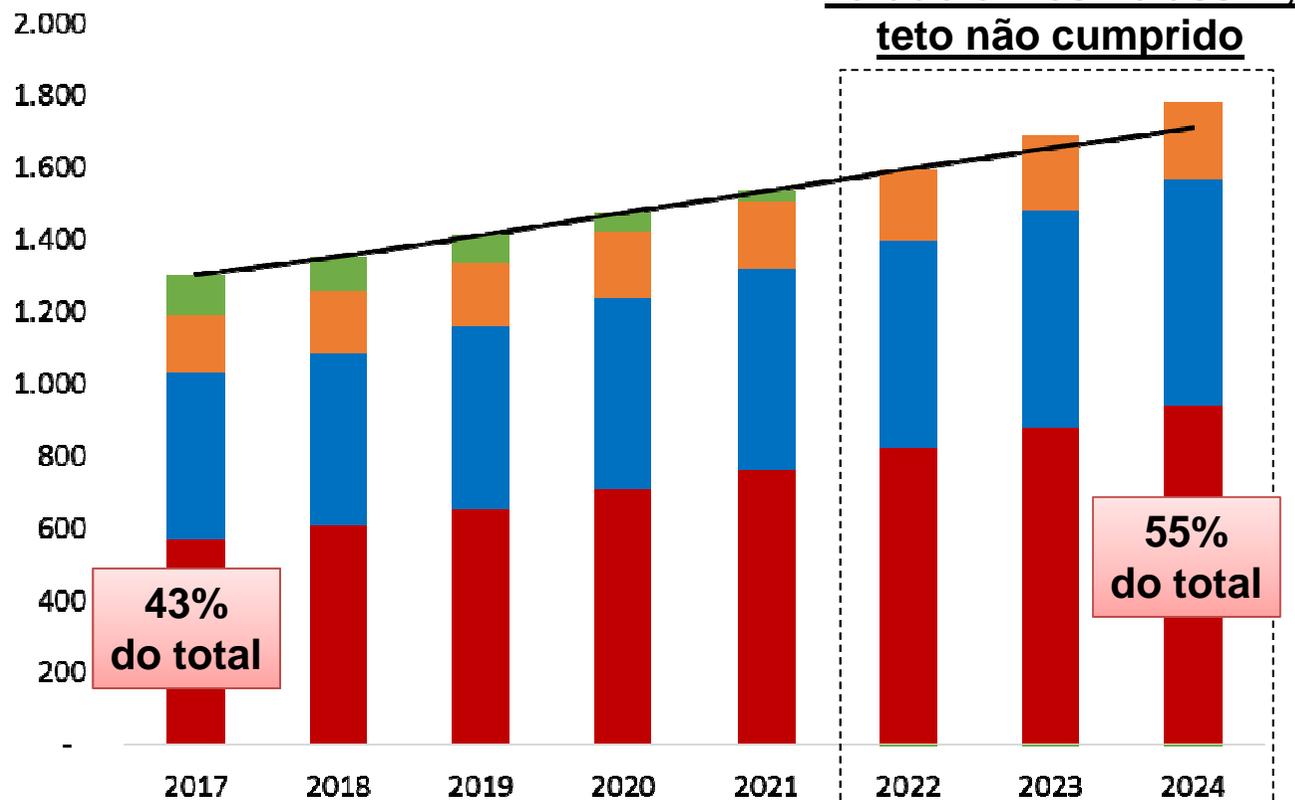
**Em 2013 já não haveria dinheiro para nenhuma outra despesa!**

Fonte: Tesouro Nacional.  
Elaboração: Decomtec/Fiesp

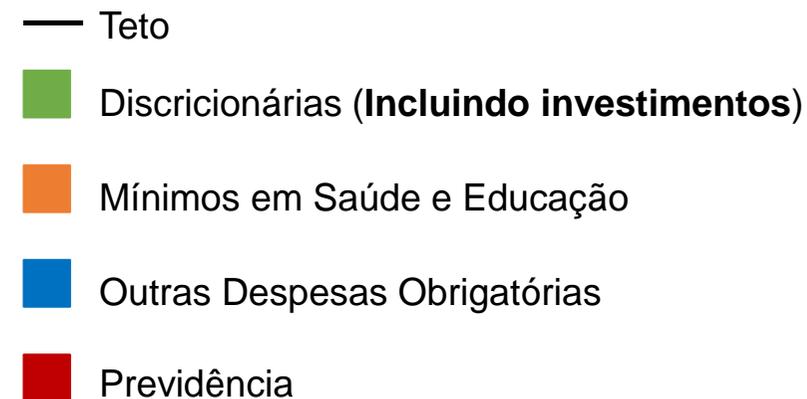
# Portanto, sem a reforma da Previdência, será impossível cumprir o teto já em 2022

## Composição do Orçamento Federal Sem Reforma da Previdência

Bilhões de R\$



- **Sem reforma**, a Previdência passará de 43% para 55% do orçamento em 2024.
- Isso, somado ao crescimento de outras despesas obrigatórias fará o Governo **ultrapassar o teto em 2022, mesmo que o governo zere todas as suas despesas discricionárias, onde está incluído o investimento**

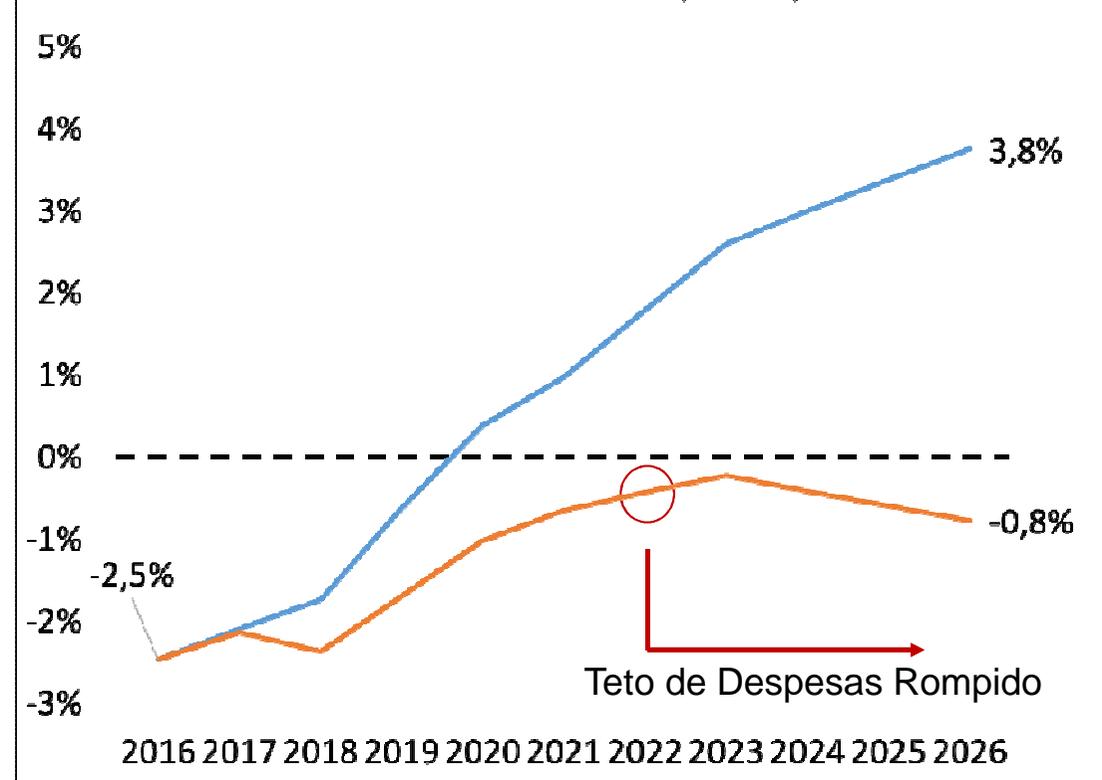


Fonte: IFI/ Senado Federal. Elaboração: Decomtec/Fiesp

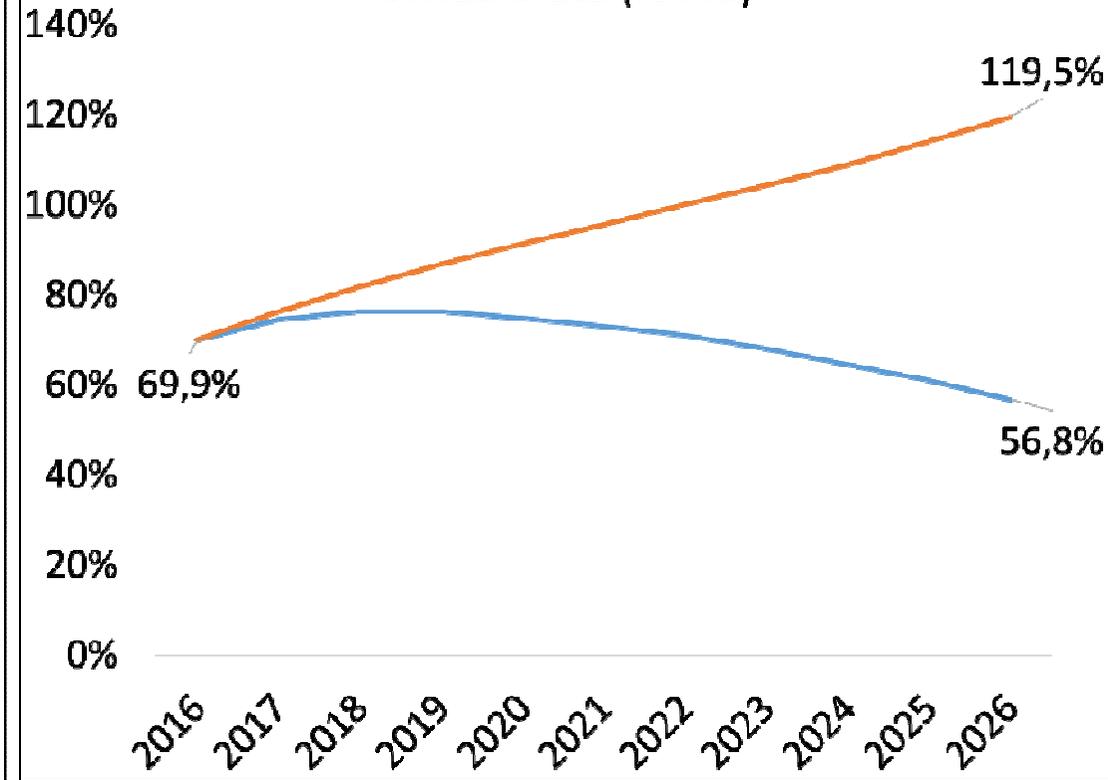
# A aprovação da reforma será determinante para controlar o endividamento público ...

— Com reforma — Sem reforma

**Resultado Primário (% PIB)**

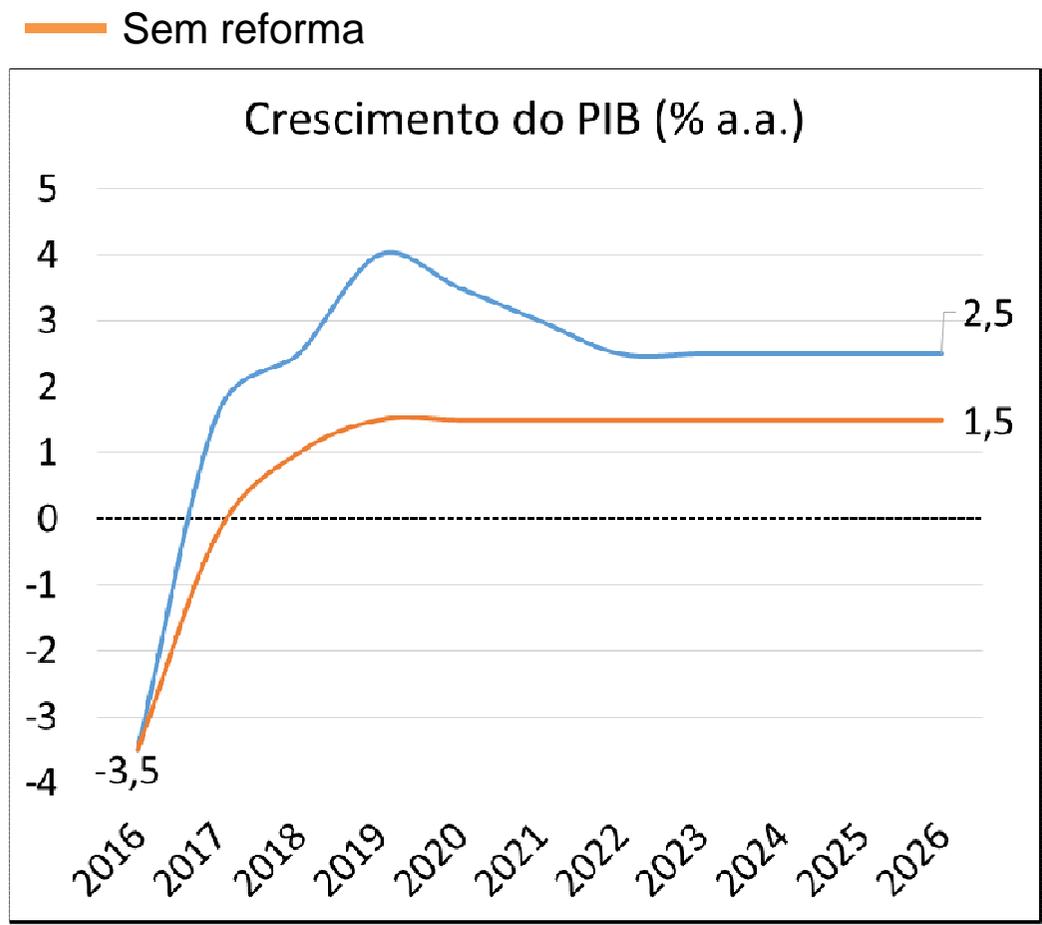
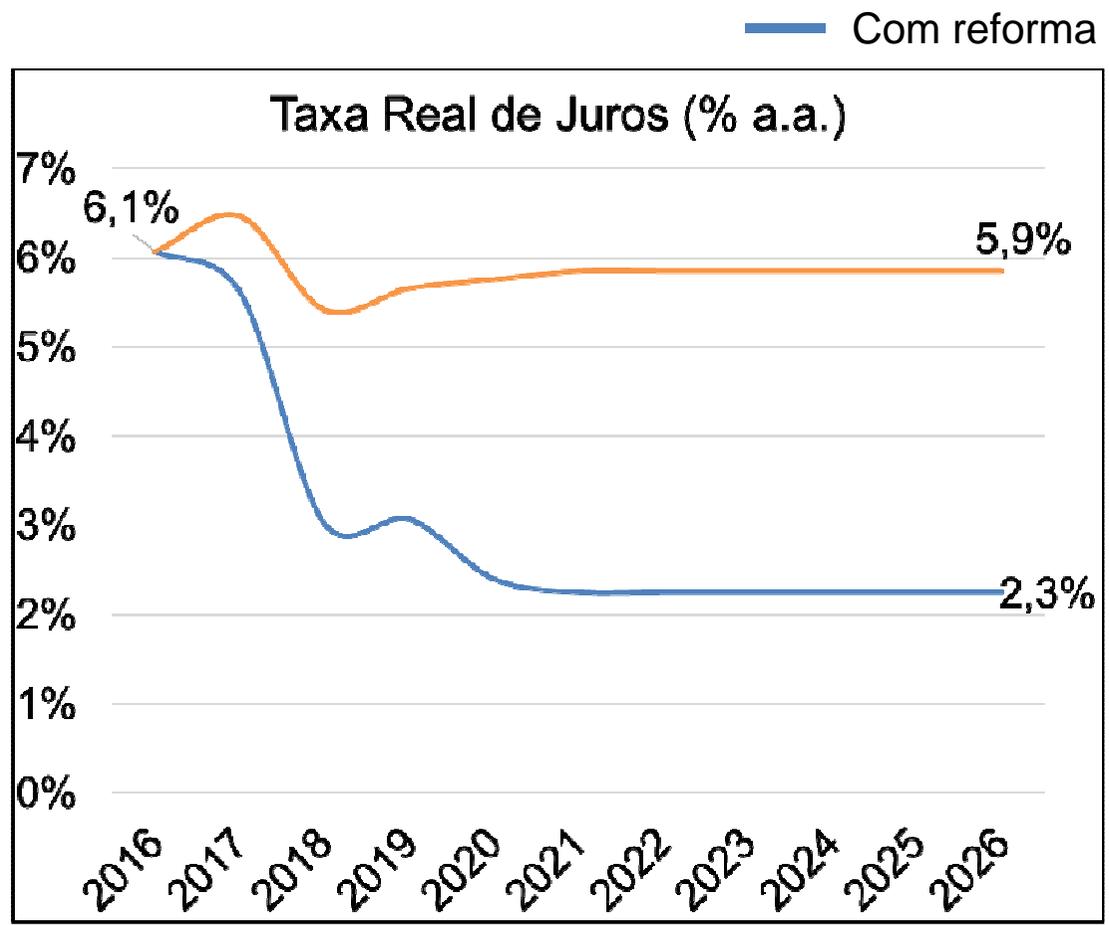


**Dívida Bruta (% PIB)**



Fonte: Estimativas realizadas com base nos números do Boletim Focus. Para o cenário com reforma, valor mais otimista da previsão e para o cenário sem reformas, valor mais pessimista, do dia 12/05/2017

# ... para estabilidade da taxas de juros e crescimento da economia



Fonte: Estimativas realizadas com base nos números do Boletim Focus. Para o cenário com reforma, valor mais otimista da previsão e para o cenário sem reformas, valor mais pessimista, do dia 12/05/2017

# Reforma Trabalhista

# A reforma trabalhista e a terceirização

Além das reformas fiscais, o governo propôs uma série de mudanças na legislação trabalhista como forma de estimular a geração de empregos e aumento de produtividade.

- A flexibilização das regras trabalhistas tem o intuito de **tornar o mercado de trabalho mais dinâmico e potencializar a capacidade de recuperação do emprego e atividade econômica.**
- Recentemente **a câmara aprovou o texto base da reforma trabalhista**, que segue para o senado para apreciação e contempla pontos importantes para maior eficiência do mercado de trabalho.
- As mudanças nas regras da terceirização, sancionadas em 31 de março, já entraram em vigor e passam um sinal importante ao mercado.

**Parte 1****A crise econômica e suas consequências****I****Evolução dos Indicadores****II****Reformas Econômicas****III****Considerações sobre o atual governo**

A atual gestão federal completou um ano, com algumas medidas para a economia:



**Propostas de reformas:** Embora de efeito limitado no curto prazo, a tramitação das propostas do governo **surtiu efeito sobre as expectativas e confiança dos agentes econômicos**



**Inflação estabilizada dentro da meta:** a estabilidade de preços é **condição necessária para maior previsibilidade financeira, retomada da atividade e do investimento**



**Taxa de juros em queda:** A tendência de queda da taxa de juros pode estimular o crédito e a atividade econômica. Apesar da melhora, cabe ressaltar que **os juros reais ainda encontram-se em patamares muito altos** e há necessidade de cortes ainda mais incisivos para retomada da atividade



**Governo impopular e instável:** Compromete a capacidade de aprovação das reformas e a previsibilidade na economia



**Desmantelamento de instrumentos de política industrial:** Diversas medidas promovidas pelo governo retiram incentivos ao sistema produtivo, comprometem a competitividade e a capacidade de recuperação da economia.

- I. Mudanças na política de conteúdo local no setor de óleo e gás
- II. Reoneração da folha de pagamentos para a indústria
- III. Redução da oferta de crédito via BNDES
- IV. Substituição da TJLP pela TLP

A má conduta de poucas empresas não justifica o desmantelamento dos instrumentos de Política Industrial



**Aumento dos gastos públicos:** Apesar dos esforços para contenção das contas públicas, o governo aprovou uma série de medidas que vão na contramão desse esforço, como os aumentos salariais acima da inflação aos servidores públicos, renegociação das dívidas dos Estados, algumas despesas discricionárias, dentre outros.

## A crise política não justifica a interrupção de uma redução acelerada da Selic . . .

“É preciso lembrar que, fora sua influência nas expectativas, **os benefícios concretos das reformas jamais seriam imediatos.**

Também **não é certo que essas expectativas estivessem, de fato, na base dos fundamentos do despencamento da inflação e da corrida para baixa da taxa básica de juros** — estes, sim, vetores importantes na construção de um ambiente mais favorável à recuperação da economia.

Claro que as expectativas têm o seu papel, mas **o que está operando, preponderantemente**, para que inflação e juros mostrem comportamento favorável é a **recessão econômica ainda profunda, a ausência de choques de oferta, e o encerramento do processo de ajuste dos preços.** Isso não deve mudar, qualquer que seja o desfecho da crise.”

**José Paulo Kupfer, Jornal “O Globo” de 18/05/2017**

**Ao contrário, a crise política pode abrir espaço para a redução mais rápida da taxa de juros Selic.**

“A inflação, que vinha desacelerando, desacelera mais com esse cenário, porque se aprofunda a paralisia. A única coisa que pode amolar é o câmbio. Mas o Brasil tem uma situação cambial hoje muito favorável. **Se alguma coisa acontecer é que a inflação vai ser mais baixa e o espaço para o Bacen reduzir juros, maior.**”

**Luiz Carlos Mendonça de Barros**

Ex-presidente do BNDES, ex-Ministro das Comunicações e atual colunista do Valor Econômico.

# A superação da crise não é garantia de crescimento sustentado

- A economia brasileira ainda atravessa uma das mais graves crises da história
- É possível que a atividade inicie uma tênue recuperação nos próximos meses
- Todavia, isso não será suficiente para colocar o Brasil em uma rota de crescimento sustentado
- Embora potencializados pela conjuntura de crise, **carga tributária, juros e câmbio em desarranjo são resultados de problemas estruturais** de longa data que se apresentam como entraves ao desenvolvimento industrial do país. Tais problemas estruturais são sintetizados pelo Custo Brasil.

Parte 1

A crise econômica e suas consequências

Parte 2

Custo Brasil e câmbio valorizado

## Custo Brasil

- **Decorre de deficiências em diversos fatores relevantes à competitividade**, que são menos expressivos quando se analisa o ambiente de negócios em outras economias.
- **Independente de estratégias das empresas**, pois provém de deficiências em fatores sistêmicos, que somente podem ser mitigados com políticas de Estado.

## Desalinhamento Cambial

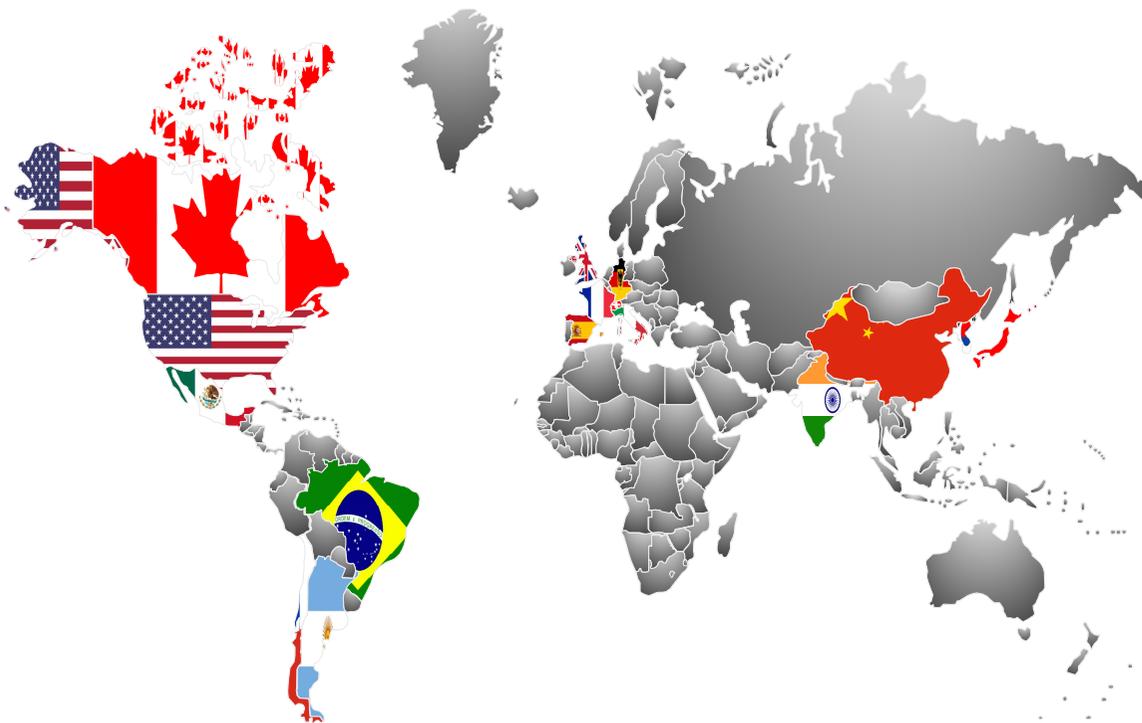
- **Quando valorizado, desestimula as exportações e incentiva as importações**, pois torna o produto importado mais barato.

## Base de comparação

- **Compara uma empresa industrial com as características operacionais brasileiras operando no exterior, em relação a mesma empresa industrial operando no Brasil.**

## Países selecionados como *benchmark*

O Custo Brasil calcula a diferença entre o custo de se produzir no país em comparação com o custo dos **principais países PARCEIROS comerciais** (no mercado brasileiro), **que respondem, em média, por 75% da pauta de importação de bens industrializados.**



75% da pauta de importação de industrializados:

1. Alemanha
2. Argentina
3. Canadá
4. Chile
5. China
6. Coreia do Sul
7. Espanha
8. Estados Unidos
9. França
10. Índia
11. Itália
12. Japão
13. México
14. Reino Unido
15. Suíça

# Fatores do Custo Brasil

Os 6 componentes do Custo Brasil são:

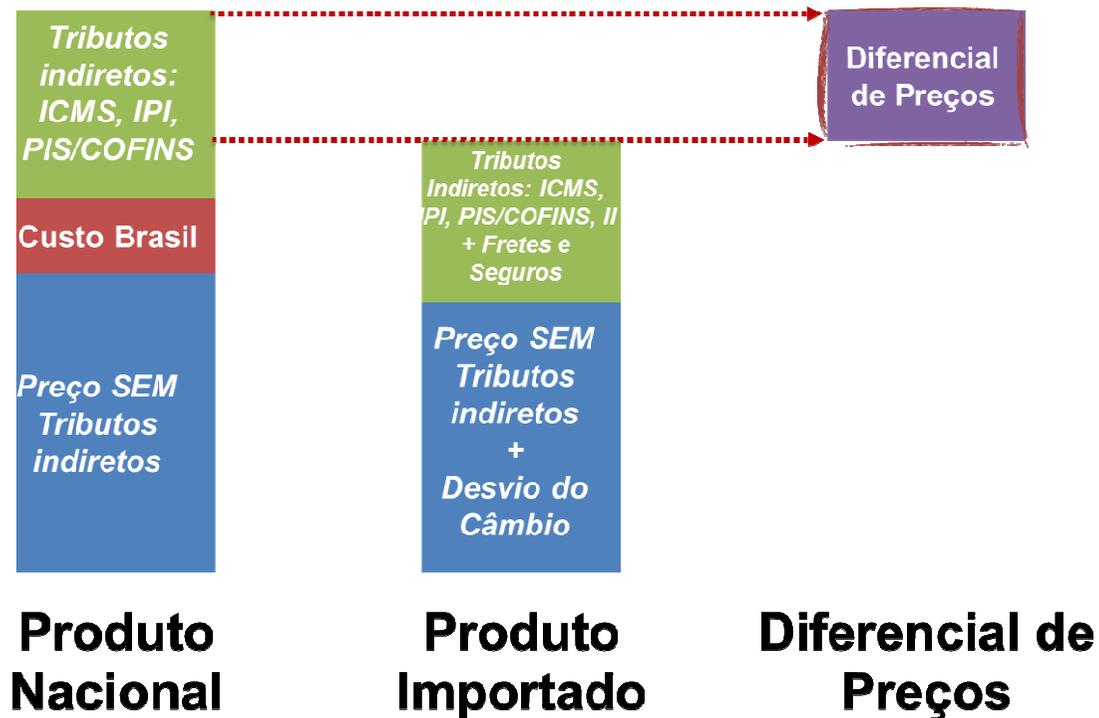
1. **Tributação**: tributos diretos, tributos irre recuperáveis e burocracia para pagar tributos
2. **Juros sobre o capital de giro**
3. **Energia e matérias primas**
4. **Infraestrutura Logística**
5. **Custos extras de serviços a funcionários**: saúde e previdência privadas, etc.
6. **Serviços non tradables**: aluguéis, serviços de terceiros, dentre outros.

Custo Brasil: fatores do ambiente de negócios



# Diferencial de Preços

O diferencial de preços entre o produto industrializado nacional e o importado verifica-se após a contabilização do Custo Brasil, do Desalinhamento Cambial, dos Tributos Indiretos e dos custos de internalização:



## Diferencial de preços: 2008 a 2015

De 2008 a 2015, a média do Custo Brasil foi de 25,2% e a valorização média do câmbio foi de 10,7%.

Ao considerar os **custos de importação** (imposto de importação, fretes e seguros), em média, de -5,9%, obteve-se um **diferencial de preços médio de 30,1% entre o produto nacional e o importado** dos principais países Parceiros comerciais.

Diferencial de Preços - PARCEIROS 2008 a 2015	
	Média (% do preço)
<b>1 Custo Brasil</b>	<b>25,2</b>
1.1 Tributação: Carga e Burocracia	13,7
1.2 Juros sobre Capital de Giro	5,8
1.3 Energia e matérias primas	3,2
1.4 Infraestrutura Logística	1,5
1.5 Custos extras de serviços a funcionários	0,7
1.6 Serviços <i>non tradables</i>	0,3
<b>2 Desalinhamento Cambial</b>	<b>10,7</b>
<b>3 Outros componentes*</b>	<b>-5,9</b>
<b>Total</b>	<b>30,1</b>

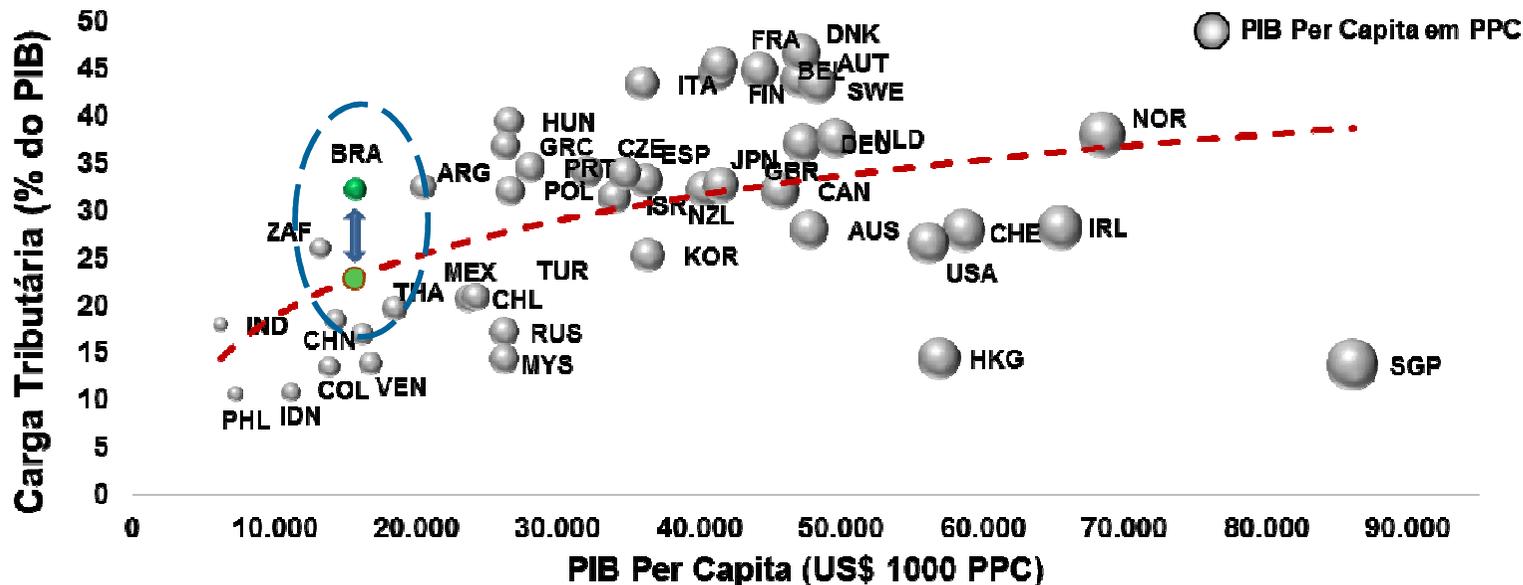
Fonte: DECOMTEC/FIESP.

\* Compreende os Custos de Importação (Imposto de Importação, fretes e seguros) e a diferença entre o cálculo da tributação indireta (ICMS, IPI e PIS/COFINS), que provém de fórmulas distintas de apuração dos tributos entre o produto industrializado no país e o importado e, também, de suas diferentes bases de cálculo.

# A Tributação (carga e a burocracia) juntamente com os Juros são 2 dos elementos que mais afetam o Custo Brasil

- A indústria de transformação contribuiu com **29,3%** da arrecadação de tributos, apesar de ter **11,8%** de participação no PIB.
- Burocracia Tributária: foram necessárias **2.600 horas por ano para uma empresa preparar e pagar tributos no Brasil**, enquanto, nos parceiros<sup>1</sup> comerciais do país, **209 horas por ano**.

**Carga tributária (2015) x PIB per capita - PPC (2015)**



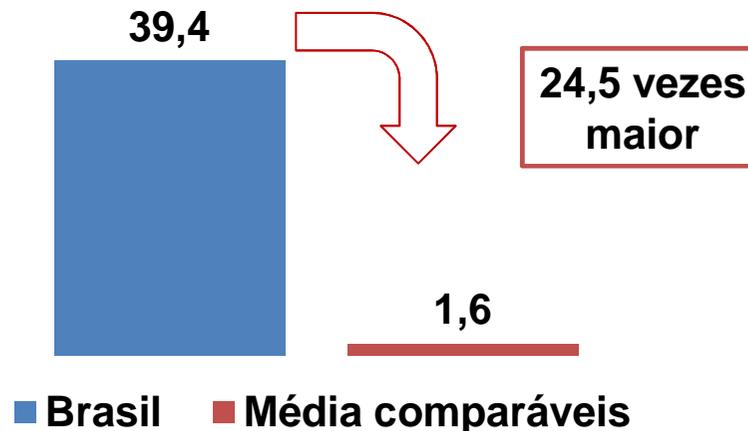
A carga tributária foi de 32,2% do PIB, mas deveria ser de 25% do PIB para ser compatível com a renda per capita do país.

# A Tributação (carga e a burocracia) juntamente com os juros são 2 dos elementos que mais afetam o Custo Brasil

## Juros

- Em 2016, a Selic foi a maior taxa de juros reais entre os 40 principais países.
- **O spread bancário foi 24,5 vezes maior que o spread médio dos países que calculam o spread de modo similar ao do Brasil (Chile, Itália, Japão, Malásia, Nova Zelândia e Suécia), 39,4 p.p. ante 1,6 p.p.**

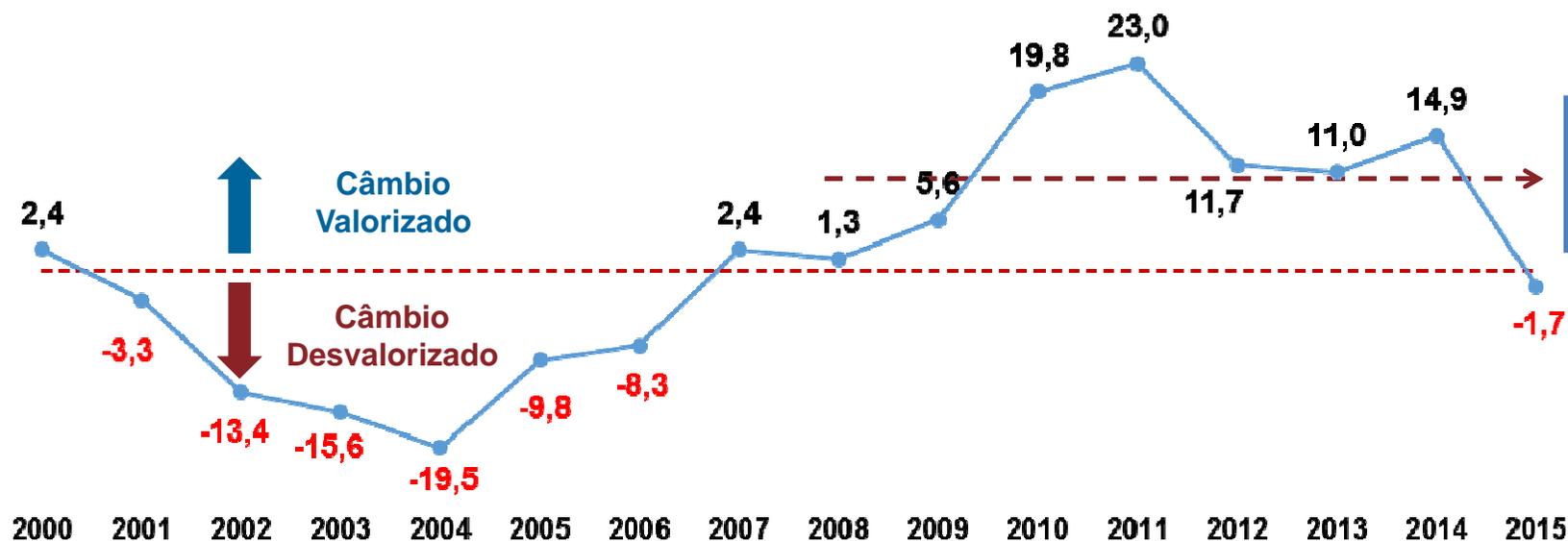
Spread: Brasil versus comparáveis, 2016  
em p.p.



# O Câmbio valorizado também tem participação importante no diferencial de preços entre o produto nacional e o importado

Entre 2008 e 2015, a **valorização cambial** em média foi de **10,7%**.

**Desalinhamento do Câmbio**  
Em % do equilíbrio



2008 a 2015  
Valorização Cambial  
Média: 10,7%

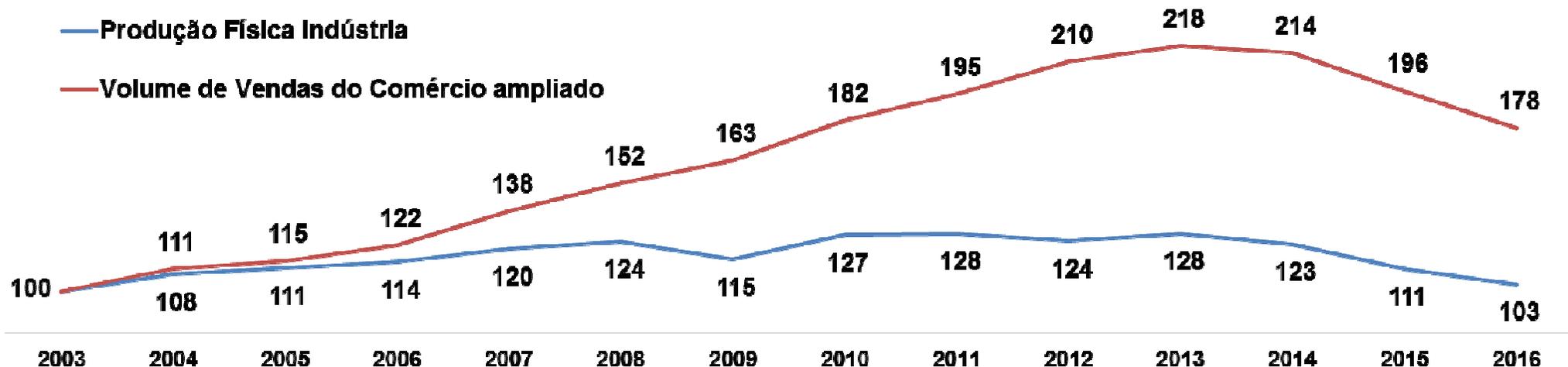
## Consequências do Custo Brasil

# Perda de participação no mercado interno

Devido ao Custo Brasil e à Valorização Cambial, a produção industrial não acompanhou o crescimento do volume de vendas no mercado interno

- De 2003 a 2016, o volume das vendas no comércio aumentou 78%, enquanto a produção física da indústria de transformação cresceu apenas 3%.

Evolução da Produção Industrial e das Vendas do Comércio, 2003 a 2016  
Base 100: 2003



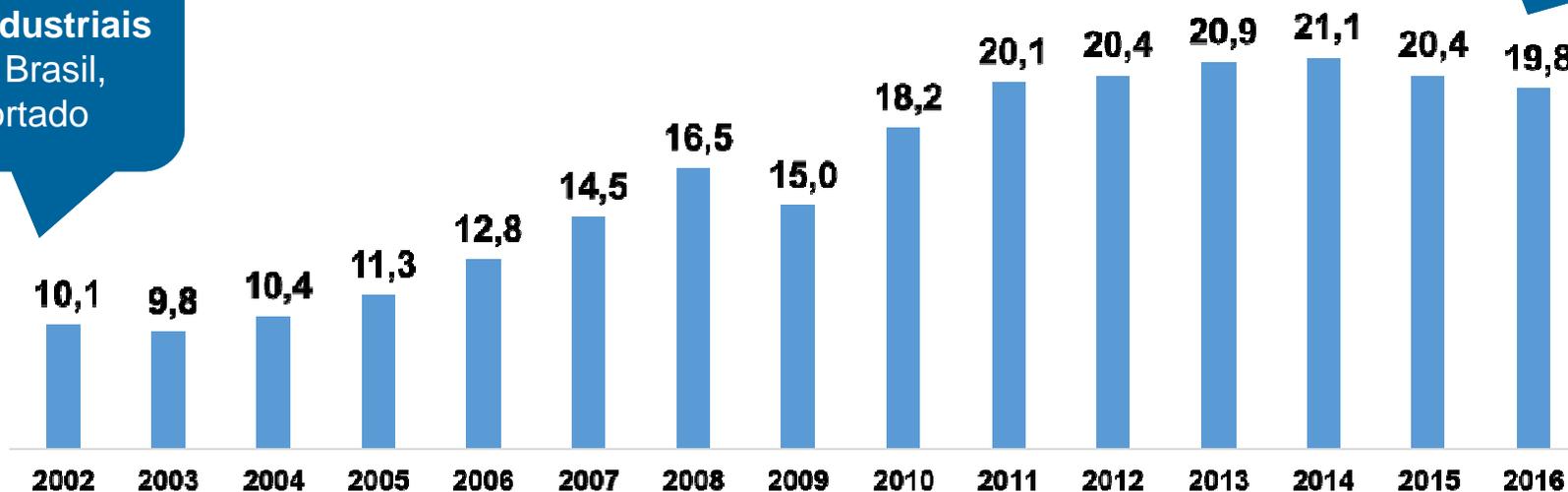
No mercado interno, o incremento do consumo foi atendido cada vez mais pelas importações, que dobraram sua participação.

As importações aumentaram a participação no consumo nacional nos últimos anos.

**Coeficiente de penetração das importações da Indústria de Transformação**  
Em %

Em 2002, a cada dez produtos industriais vendidos no Brasil, um era importado

Em 2016, a cada dez produtos industriais vendidos no Brasil, dois foram produzidos fora do país

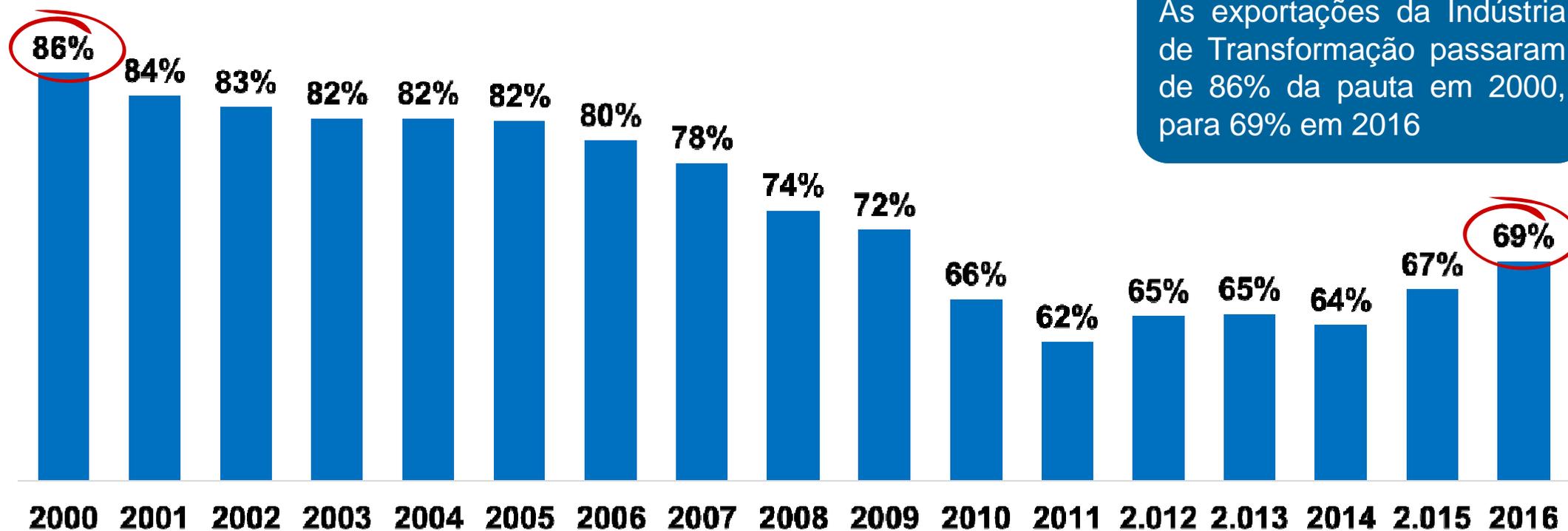


Fonte: DEREX/DEPECON/FIESP. Elaboração DECOMTEC/FIESP.

# A indústria também perdeu participação nas exportações do país.

O Custo Brasil e a valorização cambial prejudicam as vendas para o exterior.

### Participação da indústria de transformação nas exportações 2000 - 2016

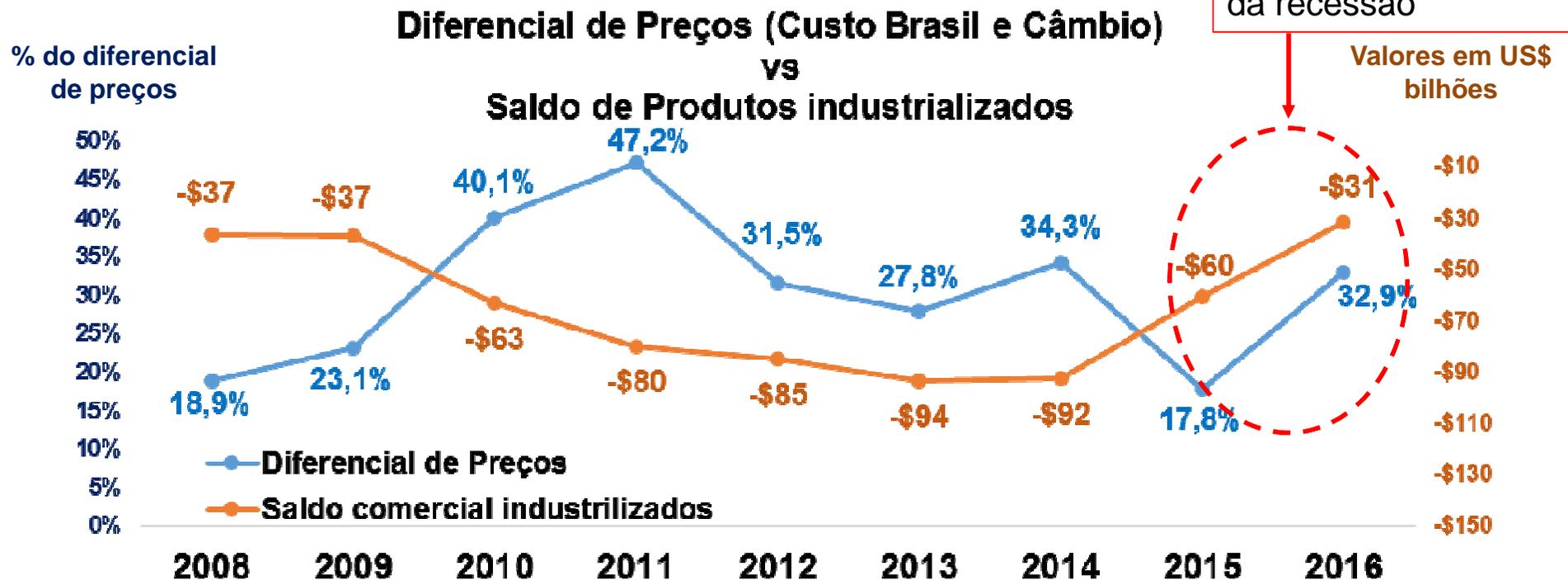


Fonte: FUNCEX. Elaboração DECOMTEC/FIESP.

# Diferencial de preços e resultado comercial de industrializados

O Diferencial de preços originado pelo Custo Brasil e o Câmbio valorizado afetam o saldo comercial de produtos industrializados

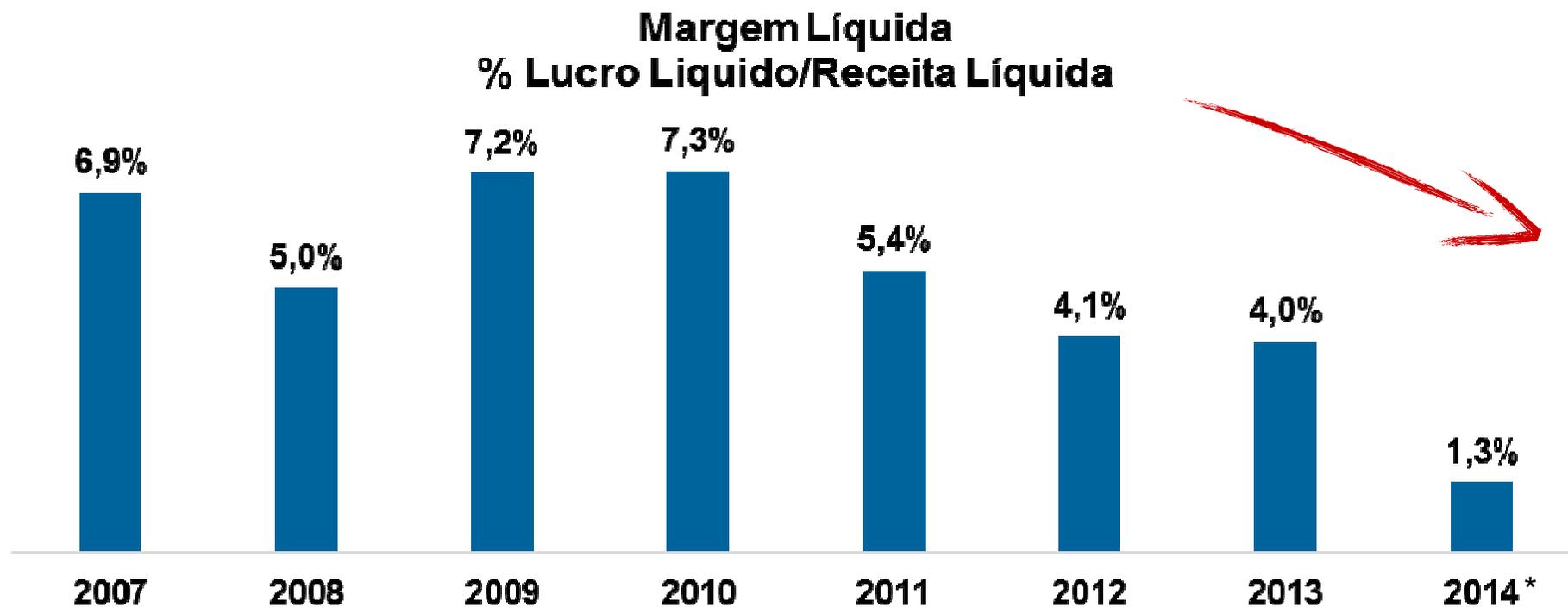
Não piorou o déficit devido à queda das importações decorrente da recessão



Fonte: Custo Brasil (Decomtec); Funcex. Elaboração DECOMTEC/FIESP

## As perdas de participação nos mercados interno e externo reduziram os lucros

Devido ao Custo Brasil e ao Câmbio valorizado, a indústria de transformação perdeu participação no mercado interno e nas exportações. Como resultado, as margens de lucros diminuíram.



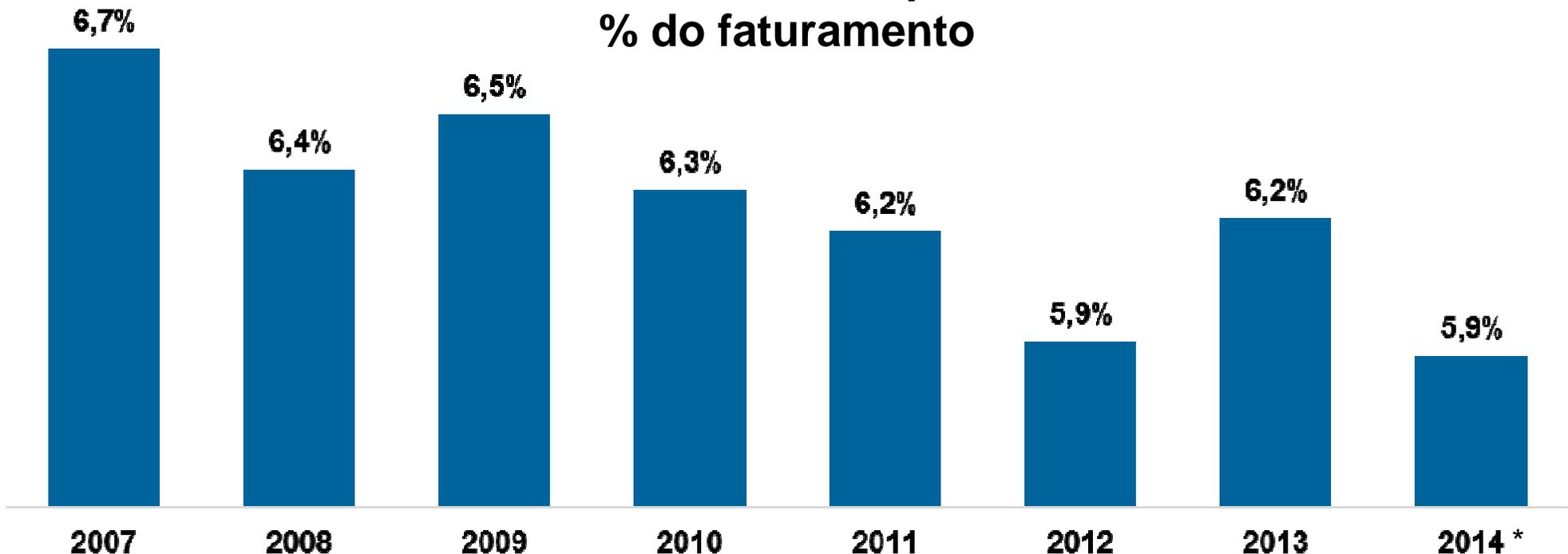
Fonte: Pesquisa Industrial Anual/IBGE. Relação entre o lucro líquido e a receita líquida de vendas da Indústria de transformação. Elaboração DECOMTEC/FIESP

\* Último dado disponível

## A redução dos lucros impactou negativamente sobre os investimentos da indústria

As quedas da rentabilidade e da margem de lucro foram acompanhadas pela redução dos investimentos em relação ao faturamento no período recente

### Investimentos Líquidos % do faturamento



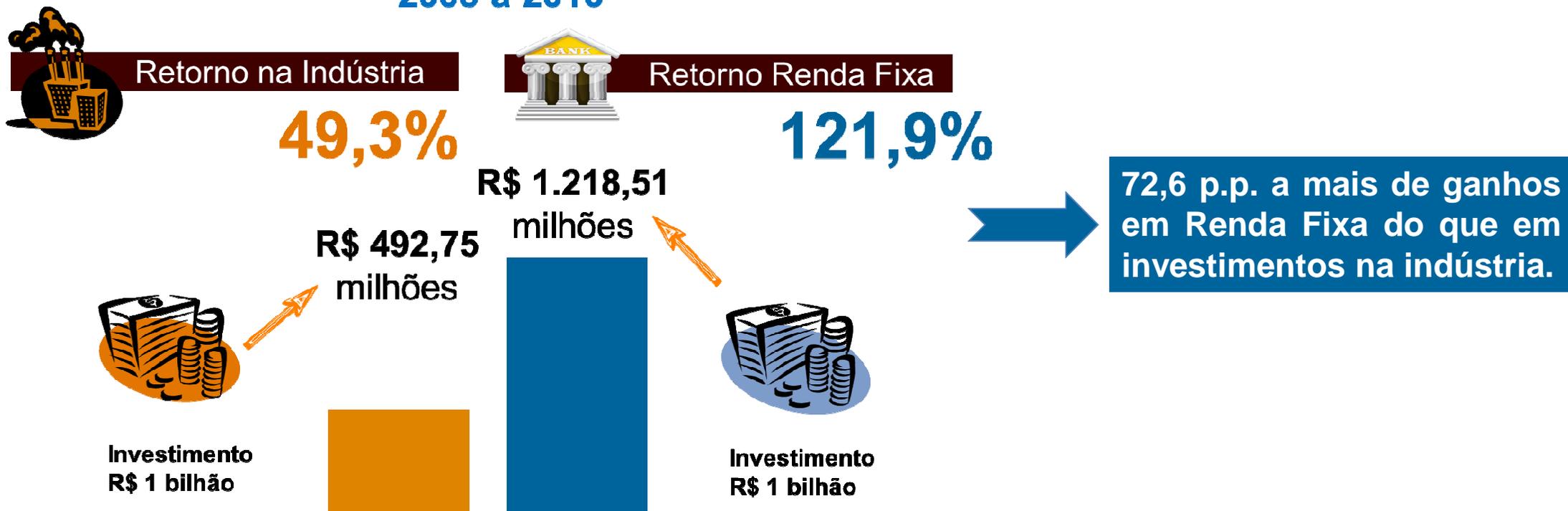
Fonte: Pesquisa Industrial Anual/IBGE. Relação entre o investimento líquido (aquisições + melhorias – baixas) e a receita líquida de vendas da Indústria de transformação. Elaboração DECOMTEC/FIESP

\* Último dado disponível

# A rentabilidade da indústria ficou abaixo da rentabilidade da aplicação em Renda Fixa

Reduzida margem de lucro, que resultaram em rentabilidade inferior ao das aplicações em Renda Fixa

## Rentabilidade líquida acumulada 2008 a 2016\*



Fonte: Receita Federal do Brasil (2008 a 2012); CEMEC/IBMEC (2013 a 2016\*); Banco Central do Brasil. Elaboração: Decomtec/FIESP

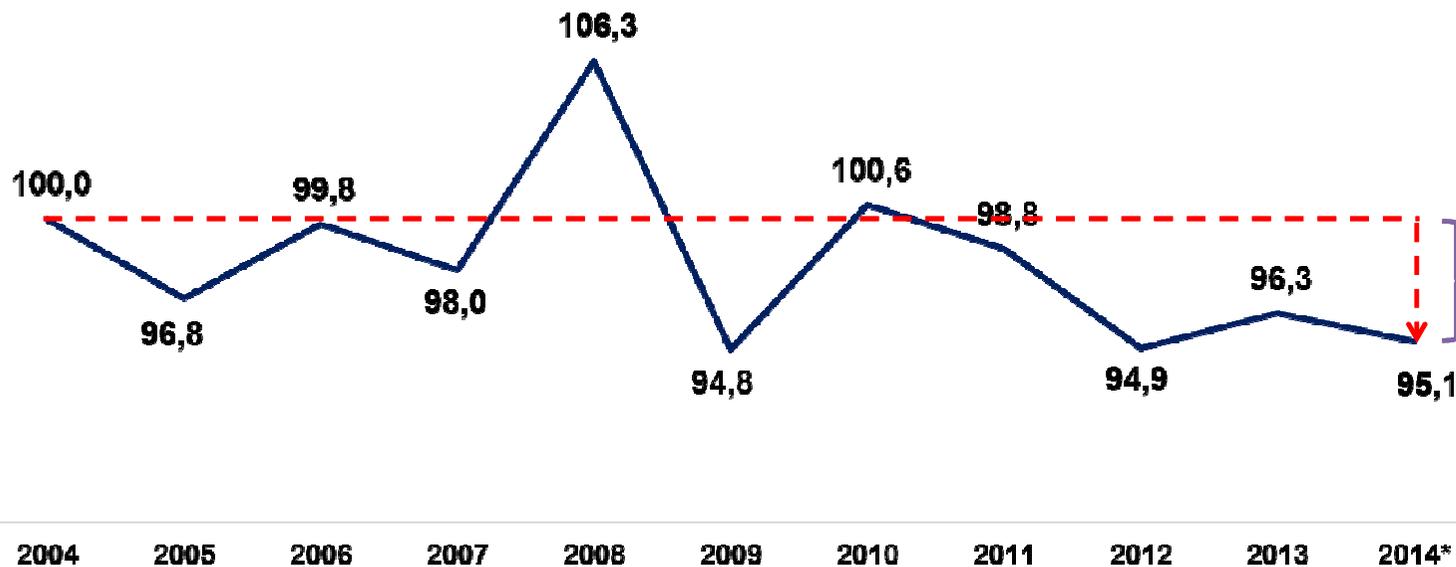
Valores nominais: não considera a inflação de 74,8% no período 2008/16 (IPCA/IBGE).

\* Resultado preliminar, que considera a rentabilidade das empresas da indústria de transformação de capital aberto até o terceiro trimestre de 2016.

## O Custo Brasil e o desalinhamento cambial também afetam a produtividade na indústria

- O comprometimento da rentabilidade, com redução dos investimentos na indústria travou o crescimento da produtividade no setor.
- De 2004 a 2014, a produtividade do trabalho reduziu aproximadamente **5%**, correspondente a um decréscimo anual de **-0,5% a.a.**

**Produtividade do Trabalho da Indústria de Transformação - VA/PO**  
Base 100 = 2004



- Produtividade em 2014 é 4,9% menor do que em 2004.
- Decréscimo anual de **-0,5% a.a.**

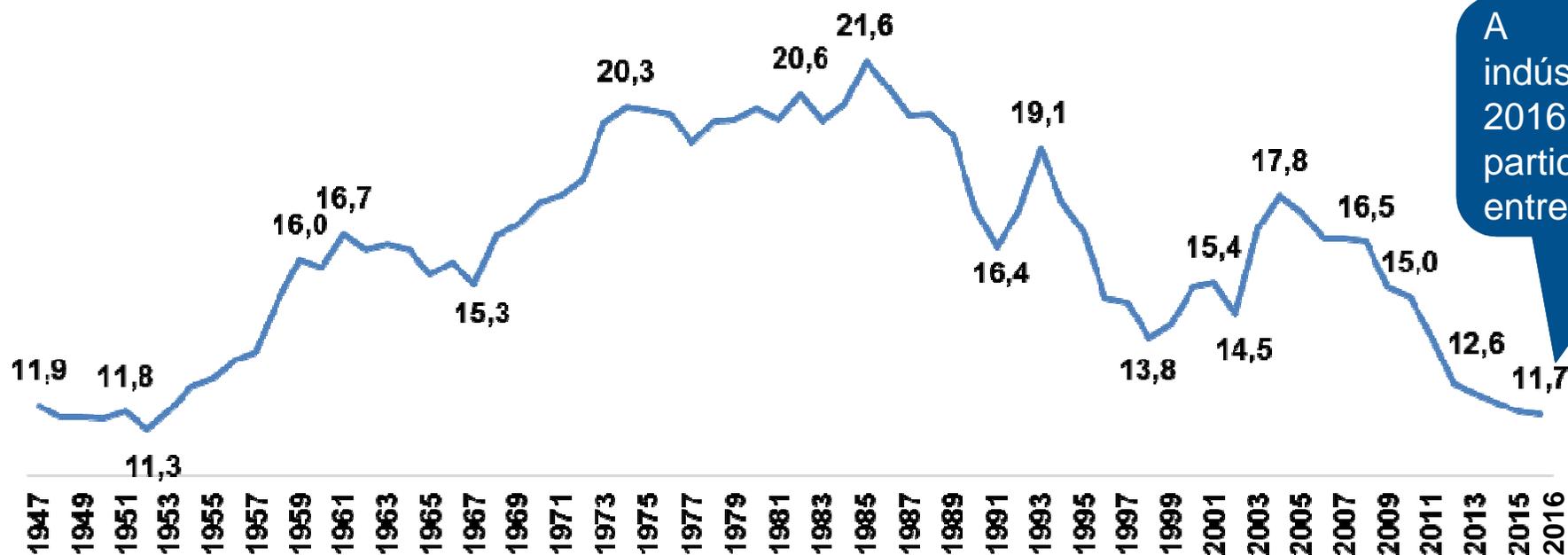
Fonte: PIA/IBGE; IPCA/IBGE. Elaboração DECOMTEC/FIESP.

\* Último dado disponível

## O Custo Brasil e a valorização cambial levam a desindustrialização

A perda de mercado, redução da margem, da rentabilidade, dos investimentos e a estagnação da produtividade e outros fatores contribuíram para acelerar o processo de desindustrialização do país.

**Participação da Indústria de Transformação no PIB  
% do PIB**



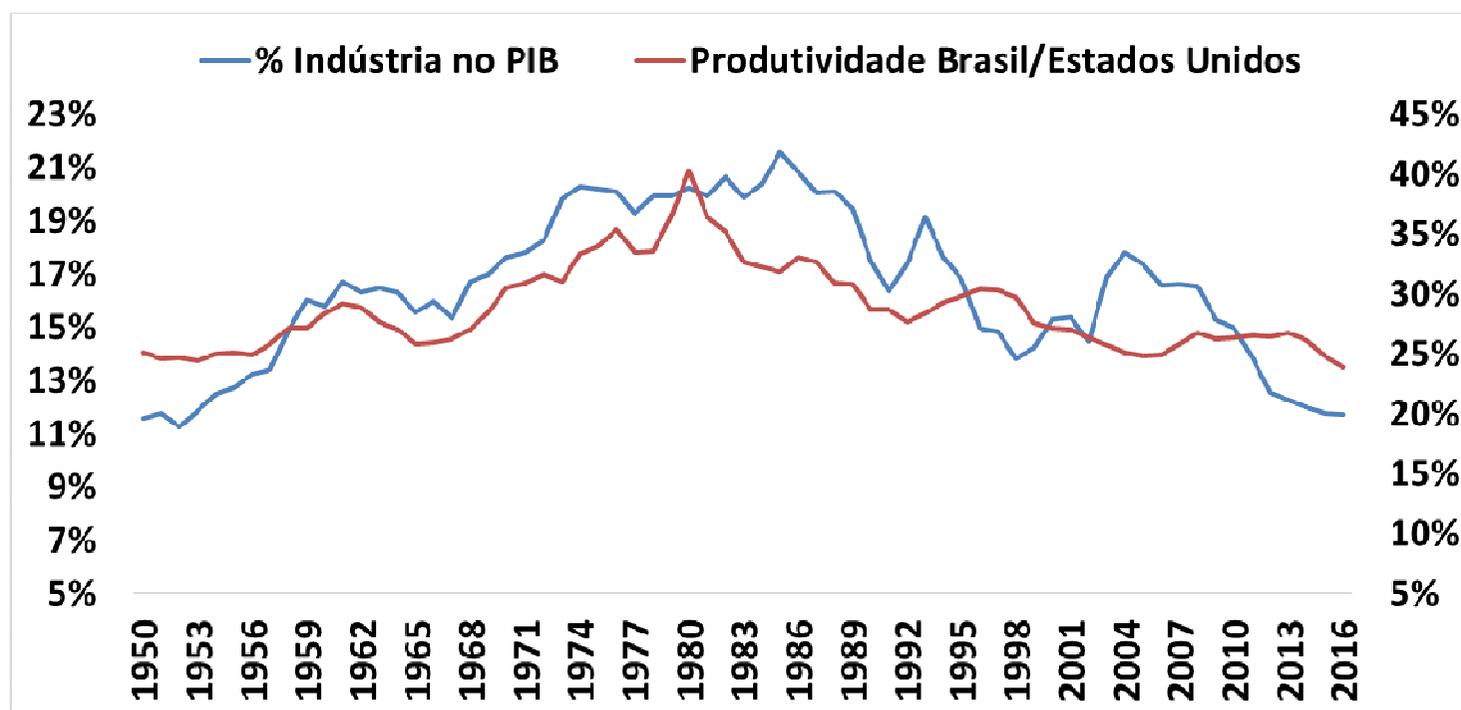
A participação da indústria no PIB em 2016 é similar à participação do setor entre 1947 e 1953.

Fonte: IBGE. Metodologia: Bonelli & Pessoa, 2010. Elaboração: DEPECON/DECOMTEC/FIESP.

# A desindustrialização produz impactos sobre a produtividade da economia do país

O comportamento da produtividade da economia está relacionado ao nível de industrialização, que pode ser mensurado pela participação da Indústria no PIB.

## Participação da Indústria de Transformação no PIB Vs Relação da Produtividade Brasil/Estados Unidos



Fonte: IBGE. Metodologia: Bonelli & Pessoa, 2010. The Conference Board. 2016. Elaboração: DEPECON/DECOMTEC/FIESP.

## A desindustrialização produz impactos sobre a produtividade da economia do país

- A produtividade da indústria é, em média, 20,5% maior que a média da economia, logo, a desindustrialização reduz a produtividade da economia.
- A desindustrialização reduziu o nível de produtividade do Brasil, distanciando o país da produtividade dos Estados Unidos
  - O Brasil regrediu ao nível de industrialização de 1953, participação da indústria no PIB de 11,7% em 2016 ante 11,8% em 1953, e o mesmo ocorreu com a produtividade total da economia em termos relativos à dos Estados Unidos, 24%.

	1953	1980	1985	2016
<b>Participação da Indústria no PIB (%)</b>	11,8	20,2	21,6	11,7
<b>Produtividade Brasil/EUA (%)</b>	24	40	32	24

## Desafios para os próximos anos

## Desafios:

- **Estabilidade política para aprovação de reformas:** Os recentes acontecimentos na política nacional colocam em risco a capacidade de articulação do governo para aprovação das reformas
- **Redução dos juros** a patamares que viabilizem a retomada dos investimentos produtivos
- Com a crise fiscal e rearranjo das finanças públicas, a **retirada de instrumentos de política industrial**, como a flexibilização da política de conteúdo local e o fim da desoneração da folha de pagamentos, atingiram empresas de diversos setores prejudicando a previsibilidade para realização de investimentos.

## Desafios:

- A **escassez de crédito** tem resultado em um encarecimento dos custos de financiamento e inviabiliza projetos que poderiam ajudar a retomada da atividade e do emprego; no longo prazo ficam comprometidos o aumento da produtividade e o crescimento econômico.
- **Adaptação à indústria 4.0:** o ambiente de negócios hostil, a ausência de uma política de Estado, e a carência de instrumentos de apoio à inovação mais ousados, faz com que o Brasil se distancie das principais rotas de desenvolvimento tecnológico do mundo e das tecnologias de fronteira que estão sob o guarda-chuva da quarta revolução industrial.

## A FIESP tem atuado para:

- Redução dos Juros e manutenção dos instrumentos de Política Industrial
- Reforma Trabalhista e Terceirização
- Reforma Previdenciária
- Reforma Tributária
- Reforma Política

# Sem recuperação da indústria, o Brasil não vai ser desenvolver. Mais indústria significa mais salários, mais P&D, mais Investimento, etc...

Com mesma quantidade de produto, obtém-se maior arrecadação tributária. No exemplo, a arrecadação na produção de café em cápsula é **97 vezes maior** do que com a produção de café em grão.

Cada 1 kg. de produção de café em cápsula gera R\$ 128,67 de tributos

Cada 1 kg. de produção de café em grão gera R\$ 1,32 de tributo

Café em cápsula (expresso)  
**R\$ 329,0 / kg**  
(R\$ 1,81/cápsula c/ 5,5 gr. de pó de café)

**Valor adicionado aumenta 37 vezes**

Café em Grão (café verde tipo 6)  
Finos a Extra-finos  
**R\$ 8,6 / Kg.**

- + Tributo
- + Emprego
- + Salários
- + P&D
- + Tecnologia
- + Investimento



**Preço por Kg.**



Notas: valores de referência de mercado. Saca café fino e extra-fino 60 Kg. mercado físico Santos em 19/05/2016  
Cápsulas café: site Nespresso e Nescafé Dolce Gusto em 20/05/2016.  
Carga tributária estudo Decomtec/FIESP: produto da agropecuária = 15,4%, produto industrial = 39,1%

# **José Ricardo Roriz Coelho**

Vice-Presidente da FIESP  
Diretor Titular do DECOMTEC

[cdecomtec@fiesp.com.br](mailto:cdecomtec@fiesp.com.br)